

# ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: António Carreiro Ano XXIV Mensário, Janeiro 1998 Nº271 Preço 140\$00

• **Apelo** O ELO quer cobrir todo o país, mas para isso precisa de mais ajuda das Delegações. As notícias não podem ter fronteiras.

**página 13**

• **Monumento** A obra ao 25 de Abril no Parque Eduardo VII, em Lisboa, continua a dar polémica.

**página 2**

• **Nobel** O combate ao uso das minas antipessoais mereceu o prémio Nobel da Paz. A ADFA faz parte da iniciativa premida.

**página 16**

• **Amnistia** O horror da pena de morte contado por quem exige o respeito pelos Direitos Humanos.

**página 10**



PORTE PAGO

# Visita a 1997

O ano que passou teve vários momentos decisivos para a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Mesmo com eleições intercalares em Janeiro, a ADFA não estagnou os projectos que já tinha em curso e deu corpo a outros, que até então se encontravam praticamente esquecidos. Mas, os planos não se resumiram ao nível interno, nas relações exteriores (não só nacionais como internacionais), a Associação conseguiu, directa ou indirectamente, architectar novos caminhos para atingir os seus objectivos. Já no final do ano, o veredicto veio dos sócios através do acto eleitoral com mais adesão na história da ADFA.

**página 8 e 9**

Subsídio sobe 25 por cento

## Abono aumenta para deficientes

Aproveitando as comemorações em Portugal do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o Ministério da Solidariedade anunciou mais abono para as famílias com deficientes. O aumento situa-se na ordem dos 25 por cento e espera-se que entre em vigor já este mês.

**página 11**

Delegação em casa própria

## Porto festeja realização de sonho com 23 anos



Sócios e dirigentes do Porto tão depressa não esquecerão a data de 6 de Dezembro. É que no 23º aniversário da Delegação a ADFA passou de inquilino a senhorio.

**página 6**

Falhas podem-se corrigir

## Acessibilidades na Expo preocupam Governo

Caso seja necessário adaptar o acesso correcto de deficientes à Expo-98, o ministro da Solidariedade e do Emprego, Ferro Rodrigues, disse estar disponível para intervir politicamente junto da Comissão responsável pela exposição mundial em Lisboa.

**página 4**

Deficiente do Alentejo ainda sem ajuda

## Cheias atingem sócio da ADFA

**página 5**



Ficha técnica

ELO

**PROPRIEDADE**  
Associação dos Deficientes das Forças Armadas

**ADMINISTRAÇÃO E REDACÇÃO**  
Av. Padre Cruz - Edifício ADFA  
1600 LISBOA  
Telefone: (01)7570502  
7570583 / 7570645  
Fax: 7571319

**DIRECTOR**  
António Carreiro

**REDACÇÃO**  
Miguel Martins (editor),  
Nuno Crespo,  
Nuno Costa Gomes (Porto)  
Farinho Lopes (fotografia),  
Maria José Carriço (secretariado)

**COLABORADORES**  
Abel Fortuna, Armando Guedes da Fonte, Carlos Mendes, Hugo Guerra, Jaime Ferreri, Jerónimo de Sousa, José Diniz, José Maia, José Monteiro, João Gonçalves, José Valente dos Santos, Lia Katali, Patuleia Mendes, Sá Flores.

**CONCEPÇÃO GRÁFICA**  
**Maquetagem**  
Miguel Peixe Dias

**PRÉ IMPRESSÃO**  
Gratibarra, Artes Gráficas, LDA  
Quinta da Piedade, Lt.93-A 7°C  
2625 Póvoa Santa Iria  
Tel./FAX: 956 62 63

**MONTAGEM**  
Tipografia Escola da ADFA  
Rua da Artilharia Um  
1100 Lisboa  
(Anexo do Hospital Militar Principal)  
Tel. 385 35 93

**IMPRESSÃO**  
Imprejournal Sociedade de Impressão, SA  
Av. Infante D. Henrique, 334  
1990 Lisboa  
Tel. 851 21 88

**GRAVAÇÃO DO ELO SONORO**  
Centro de Produção de Material da Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

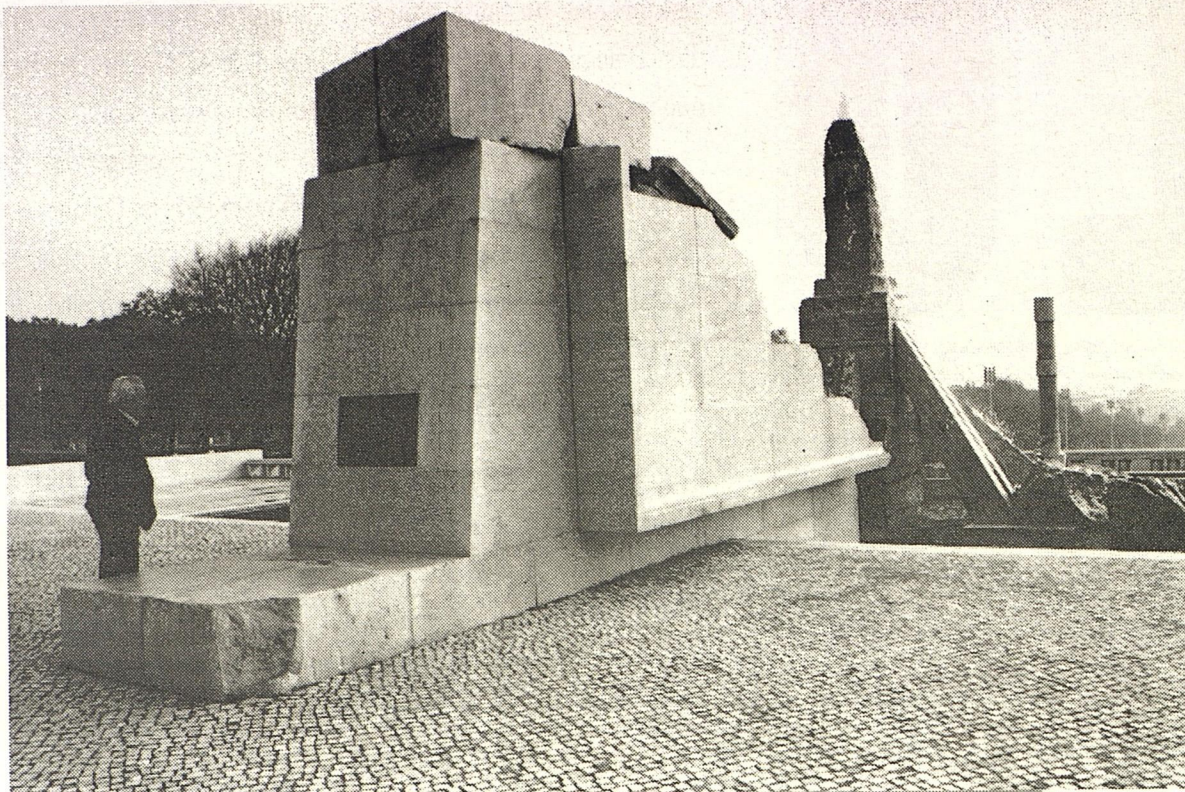
**Depósito Legal:** 99595/96

Mensário distribuído gratuitamente aos associados em situação legal.

**ASSINATURA ANUAL**  
1 400\$00.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores.

**Tiragem deste número**  
9 500 exemplares



Para poderem ler a placa, os cegos têm que primeiro ultrapassar uma barreira de meio metro

Monumento ao 25 de Abril com informação inacessível a cegos

Placa em Braille para quem vê

O MONUMENTO ao 25 de Abril, no cimo do Parque Eduardo VII, em Lisboa, da autoria do escultor João Cutileiro e inaugurado no ano passado pela Câmara Municipal, tem uma placa de identificação da escultura onde as informações relativas à obra, como por exemplo, o que evoca, o nome do autor, a data de inauguração ou a referência à autarquia lisboeta estão também escritas em Braille, por baixo dos caracteres normais. No entanto, apesar da preocupação da edilidade para com os cegos que possam visitar o monumento, a placa situada na par-

te de trás da escultura, pouca, ou nenhuma, utilidade tem, uma vez que o acesso é extremamente difícil.

Uma pedra com cerca de meio metro das informações em Braille, pois mesmo que o cego saiba da existência da placa só fazendo algum esforço, ou com a ajuda de alguém, o deficiente visual consegue chegar junto desta. Confrontado com o problema, Augusto Deodato, coordenador do Gabinete de Referência Cultural da autarquia - entidade responsável pela transcrição em Braille dos caracteres normais - afir-

mou ao ELO desconhecer a situação, admitindo todavia que a existência de uma pedra com 50 centímetros provoca "naturalmente dificuldades" para os cegos que queiram aceder à placa.

Augusto Deodato, considera, no entanto, que as dificuldades são "ténues", acrescentando que a principal função da placa em Braille é demonstrar, aos outros visitantes do monumento "a preocupação da Câmara" para com os problemas dos deficientes visuais. A terminar, o responsável do Gabinete, garantiu ao ELO que iria procurar resolver a situação. • N.C.

Informações

Conselho Fiscal à disposição

Para cumprimento do disposto na alínea f) do nº1 do artº 10º dos estatutos, informa-se que o CFN (Conselho Fiscal Nacional) está à disposição de todos os associados para esclarecimentos sobre a situação económica e financeira da ADFA, bem como, sobre outros assuntos que sejam submetidos para o que às quartas-feiras das 09H30 às 12H30 e das 14H30 às 18H30 estará presente, pelo menos um dos seus elementos, na sala 10, ext. 231.

Cartões ADFA/GALP

Após três meses de funcionamento do cartão Frota/ADFA, ao qual já aderiram 2500 sócios, o crescimento nos consumos foi de 278% no segundo mês e de 92,8% no terceiro mês. Refira-se ainda que as médias de consumos por cartão nos primeiro, segundo e

**EMPREGO**

**Engenheiro/Engenheiro Técnico** Mecânico ou Electromecânico precisa-se cargo de responsabilidade - Manutenção, Preparação e planeamento **Resposta ao jornal ELO: Refº PP**

**Recursos Humanos** ADFA pretende admitir um responsável para esta área com formação superior e preferencialmente com experiência **Resposta ao jornal ELO: Refº PH**

**Restauração** pretende-se admitir responsável para a área de Restaurante/Bar com formação superior ou experiência equivalente, espírito de iniciativa e capacidade de organização **Resposta ao jornal ELO: Refº PR**

**Técnico administrativo** para a Delegação da ADFA em Faro. As candidaturas acompanhadas de Curriculum Vitae devem ser enviadas até ao próximo dia 31. **Resposta ao jornal ELO: Refº PA**

terceiro meses foram de 35 litros, 60 litros e 83 litros, respectivamente. Durante os vários períodos os preços dos combustíveis situaram-se nos seguintes valores unitários: Super - 161\$57/litro PB 95 - 156\$57/litro PB 98 - 162\$57/litro Gasóleo - 108\$57/litro Assim, o benefício concedido aos sócios, tendo em conta um consumo médio por cartão de 83 litros dá uma poupança média de 500\$00 por período.

Chama-se a atenção aos utilizadores do cartão Frota/ADFA para a necessidade de um autocontrolo quanto ao plafão de cartão e ao período de pagamento. Assim, os 200 litros de plafão dizem respeito ao período de 1 a 30 de cada mês, para efeitos de débito em conta, a contagem será feita de 21 a 20 de cada mês, sendo debitado no dia em que recebe a pensão no mês seguinte. A partir de 21 de Janeiro e durante 6 meses, proceder-se-á ao sorteio de

uma serigrafia para os utilizadores do cartão. O sorteio terá lugar na reunião de sócios que se realiza na última sexta-feira do mês, na sede da ADFA.

Sem quotas, sem ELO

Informa-se todos os associados que, de acordo com os estatutos da ADFA, o ELO só será enviado aos que tenham as quotas em dia. De acordo com as decisões da Assembleia Geral, o ELO vai ser rigoroso no cumprimento desta determinação pelo que se apela a todos os associados que regularizem as suas situações.

Viseu organiza campanha

A Delegação da ADFA em Viseu está a efectuar uma campanha de angariação de fundos para a compra de uma carrinha de nove lugares para os serviços da Delegação, e também para melhor servir os seus associados quando necessário ou quando solicitado. Já há alguns donativos.

• **17 Janeiro**  
10h00, Reunião dos Executivos Nacionais e Locais, na Colónia Balnear da Aguda, em Arcozelo.

• **30 Janeiro**  
20h30, reunião da Direcção Nacional com os associados, no restaurante da Sede, em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) reivindicações legislativas 2) informações gerais.

• **31 Janeiro**  
10h00, Reunião do Conselho Nacional, no auditório da Sede, em Lisboa.

• **7 de Fevereiro**  
14h00, na Delegação de Coimbra, Assembleia Geral Ordinária. Ordem de trabalhos: 1) Apreciação e votação do Relatório de Actividades e Contas da Direcção de Delegação e respectivo parecer do Conselho Fiscal de Delegação, relativo ao ano passado 2) Considerações de âmbito geral.

• **1º sábado de cada mês**  
A Delegação de Évora organiza um almoço-convívio entre os seus associados. Para mais informações, e futuras inscrições, contactar Manuel Maria através do telefone: (066) 81 586 ou para o telefone da Delegação de Évora: (066) 23 473

O ELO corrige

• Na edição anterior do ELO, página 12, na notícia intitulada "Indonésia admite conflito de Timor", no 5º parágrafo onde se lê "secretário geral das Nações Unidas, Kofi Hanana", deveria ler-se "Kofi Annan".

• Por lapso, na última edição do ELO não foi publicada qualquer informação referente à festa de Natal da Delegação de Coimbra. O ELO pede desculpa pelo sucedido, aos associados e à Delegação afectada.

• Também por lapso, na mesma edição, não publicámos a informação de que a Delegação de Famalicão estaria encerrada alguns dias. Também aqui, o ELO pede desculpa pelo sucedido.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no nº4 do Artº8 dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

- Constantino Manuel Neves Batoque
- Jorge Manuel Alves dos Santos
- Henrique José Pinela
- Manuel Francisco Mendes Vilanova
- Abel Soares Abreu Júnior
- Gonçalo da Silva Ruivo
- José Barata Olivença
- José Prazeres Vicente
- Salvador Faustino
- João Batista Lucas Gomes
- João Carlos Carreira Lopes Pinto
- António Parente Antunes
- Unfali Tiem
- António Pinheiro Estudante

Editorial

Continuar com mais força



António Carreiro

No ano de 97 a ADFA viveu, praticamente, dois actos eleitorais. Em Janeiro tomaram posse os novos Órgãos decorrentes de eleições intercalares e, em Dezembro, após um processo eleitoral fortemente disputado e com uma enorme participação dos associados, venceu a lista A que tem, agora, sobre si, a grande responsabilidade de conduzir, com estabilidade, a ADFA até ao ano dois mil.

Contrastando com o ano de 97 que forçosamente se viveu em debate de questões internas, urge agora virar a nossa acção para o Governo e apostar na publicação das medidas legislativas que já se encontram em fase de ultimização, sensibilizando o novo ministro da Defesa para as questões e para a premência da sua justiça.

Há que, obviamente, repor todo o caderno legislativo e insistir nas necessidades dos deficientes militares que, há anos, se encontram à espera de resposta.

O ano de 97, para lá da publicação da legislação para os militares em missões de paz e de cooperação técnico-militar e relativa ao subsídio de desemprego, trouxe a esperança de nova legislação para os deficientes em serviço. Contudo, esta, precisa de ser rapidamente concretizada.

É certo que a ADFA combateu alguns aspectos da legislação proposta, designadamente a fórmula prevista para as acumulações, mas tal não justifica que o Governo continue a protelar a saída de tais diplomas.

1997 foi o ano do frustrante decreto-lei dos "Capitães-Coronéis" que, além do mais, confrangedoramente, marginaliza os deficientes militares oriundos do quadro de complemento, sobrepondo os valores económicos aos princípios do Estado de Direito, da ética e da moralidade.

Este ano ficou, também assinalado, pela criação de conselhos (nacional, regional e municipal de Lisboa) para a reabilitação e integração de pessoas com deficiência que se espera comecem a desenvolver eficazmente a sua actividade, produzindo resultados visíveis. A ADFA ao participar, através da FMAC, na Campanha Internacional para a Interdição das Minas Antipessoais viu-se também envolvida no Prémio Nobel da Paz.

Mas o acontecimento que mais me marcou foi a tragédia de um associado, relatada no editorial do ELO de Agosto, que subjugado, não pela deficiência, mas pela injusta lei que temos, não obstante longa reivindicação para ser alterada, pôs termo à vida da sua mãe, suicidando-se de seguida.

Não o esquecer é ganhar força e coragem para que se consigam em 1998, mais e melhores resultados.

Grande Plano



Fantasma à solta

Jaime Ferreri

Antonino Melo

foi a Moçambique num acto de coragem e valentia.

Pode ser limitado o seu contributo, pode ser pesada a dívida cobrada mas serviu para provar que do outro

lado eram homens que combatíamos, homens

que também sabiam amar, que também tinham

emoções, a quem obrigávamos a chorar

e a morrer pela própria terra.

hierarquia militar mas creio que a que me levou à África, concordante e colaboradora, e que, num passado recente serviu a democracia, num tipo de colaboração ultramarina, apática e naturalmente magoada, está já afastada dos quartéis e recorda "nós górdios" no calor das pantufas e das histórias contadas aos netos. É por isso que me parece que a nova hierarquia, menos vinculada, pode, pouco a pouco, ajudar a juntar esforços e a recontar com o máximo rigor histórico a nossa participação na Guerra Colonial. Mais do que palavras, as imagens chegaram pesadas e manifestas. Imagens da guerra onde estivemos, da guerra que ajudámos a fazer. Não duvido que

muitos de nós foram, à sua maneira, cruzados e evangelizadores... mas outros cruzaram a vida numa conduta ignóbil e desumana. Nem tudo são glórias, pátria e honra. Há infâmias que não tiveram registo nas cadernetas militares...

Os fantasmas que vieram conosco de África massacraram-nos o espírito cada vez mais. E isto por a cada momento nos chegarem elementos que restituem aos negros a dignidade que desde há séculos possuem e que nós nas escolas nos ensinaram serem pouco mais do que bárbaros costumes ou subversão fingida.

Pelo menos um pai de um dos prisioneiros de guerra da Guiné-Bissau escreveu a Amílcar Cabral. Recebeu resposta e a garantia de que de que o PAIGC não entenderia o filho como inimigo, que o tratariam dignamente. Hoje a história também se faz nestas verdades entendendo como homens aqueles que o regime denominou de terroristas.

Antonino Melo foi a Moçambique num acto de coragem e valentia. Pode ser limitado o seu contributo, pode ser pesada a dívida cobrada mas serviu para provar que do outro lado eram homens que combatíamos, homens que também sabiam amar, que também tinham emoções, a quem obrigávamos a chorar e a morrer pela própria terra. E que grandes eles são hoje no perdão que mandaram a cada um de nós, a cada Antonino Melo que, forçado, o regime mandou para a guerra. Negar a história é alegar glórias e esconder as nódoas. Os fantasmas precisam de descansar em nome dos mortos, dos feridos, das centenas de milhares de homens que passaram pela guerra de África.

Episódios



Reviver o Natal em...

José Diniz

Posso considerar-me um homem feliz, pois, se a memória não me atraiçoa, apenas passei um Natal longe da família; e bem longe, lá no extremo norte de Moçambique; e bem doloroso com um ataque de paludismo que mal me deixou saborear as batatas com bacalhau. Foi o único Natal que passei na guerra, pois o do ano seguinte já o passei no Hospital Militar Principal para onde vim evacuado uns dias antes da festa da família.

Todos os que passámos natais em guerra não precisamos de recorrer ao imaginário dos filmes para, ainda hoje, termos bem presente o que eram esses períodos na vida de um combatente. Cá, à longínqua retaguarda, apenas chegavam os ecos das mensagens radiofónicas e televisivas dos militares a dizerem às famílias que se encontravam bem e a despedirem-se com a sacramental frase "Adeus até ao meu regresso" que entrou na gíria popular e ainda se ouve com alguma frequência ou a azáfama das senhoras do Movimento Nacional Feminino "atarefadíssimas" nas suas campanhas de presentes de Natal para os soldados da frente que, geralmente, apenas recebiam uns aerogramas e uns maços de tabaco "Paris".

Era assim que era "pintado", cá no "Puto", o Natal dos combatentes, algures, no mais completo isolamento, nas bolanhas da Guiné, na floresta angolana ou na savana de Moçambique.

Natal é sobretudo presença e convívio familiar; mas, para quem está ausente, é sobretudo saudade.

Assim eram os natais de guerra, vividos em saudade e, quantas vezes, em vigilância redobrada, quantas vezes a enterrar mortos e a cuidar de feridos, quantas vezes a tentar consolar um camarada menos afortunado que não recebeu a carta tão esperada, quantas vezes a ter que reavivar dramas familiares deixados para trás!... E não posso deixar de realçar o enorme papel de apoio psicológico que os familiares, os amigos, as namoradas e as madrinhas de guerra deram aos militares em campanha. Sobretudo o carinho e a simpatia destas duas figuras femininas povoavam os sonhos de todos nós e davam-nos alento para o dia a dia; umas faziam-no com a certeza que uma vez regressado o bem amado ficaria para sempre a seu lado, as outras por altruísmo, por amizade ou alimentando a vaga esperança de um encontro no cais de desembarque de um "Niassa", de um "Vera Cruz" ou de um "Uige" para reembarcarem juntos no "barco do amor"!... Em muito menor escala, é justo também evocar o papel da imprensa regional que, apesar de geralmente alinhada com o regime, levava notícias da terra, de amigos e conhecidos, cuja leitura fazia reviver lugares e situações que nos eram caros.

Nas vésperas deste Natal de 1997, lembrei-me de recordar aquele Natal de 1967 e os pequenos "nadas" que se passaram noutros natais africanos e que a História não contará, mas que, para nós, são marcas indeléveis e fazem parte das páginas mais vivas da história de cada um.

Instituições de cegos lusófonas reúnem-se pela primeira vez

# Cooperação visível entre países de língua portuguesa

DIRIGENTES de seis organizações não governamentais de cegos de países de língua portuguesa estiveram reunidos pela primeira vez, de 13 a 19 de Dezembro, em Lisboa, para, entre outros objectivos, reforçar a cooperação entre as várias instituições de invisuais da comunidade lusófona. Durante os seis dias em que se encontraram, os representantes de Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Brasil e Portugal, trocaram experiências, programaram acções de formação, constituíram a Comissão de Desenvolvimento das Associações de Cegos dos Países de Língua Portuguesa (CDAC) e lançaram as bases para a criação de uma futura Autoridade Braille para a Comunidade Lusófona.

O encontro, que foi organizado pela Associação de Cegos e Ambliopes de Portugal (ACAPO), com a colaboração da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e com o apoio do Instituto para a Cooperação Portuguesa, surgiu como consequência de um seminário de formação para dirigentes de organizações de cegos realizado pela ACAPO em Outubro de 1995. Na altura, estiveram presentes todos os países de língua portuguesa, incluindo o território de Macau, e uma das recomendações que saiu do seminário apontava no sentido de que fosse celebrado um protocolo de forma a institucionalizar a cooperação entre as diversas instituições de cegos dos diferentes países.

Além de terem constituído a CDAC e regulamentado o seu funcionamento, bem como estabelecido as bases da futura Autoridade Braille para os países lusófonos, os dirigentes das seis instituições presentes em Lisboa definiram ainda como prioridade o desenvolvimento da prática desportiva para as pessoas cegas. Neste sentido, estudaram a possibilidade de atletas deficientes visuais (dos seis países) participarem nos campeonatos da Comunidade de Países de Língua Por-

FARINHO LOPES



A Comissão tem como objectivo criar uma Autoridade de Braille para a Comunidade Lusófona

tuguesa (CPLP) que terão lugar em Cabo Verde em 1998.

Em declarações ao ELO, no final do encontro, Adelino Guerra, presidente da ACAPO, classificou os trabalhos de "extremamente positivos", sustentando a sua afirmação no facto de todos os objectivos inicialmente previstos terem sido concretizados: "Todas as delegações ficaram satisfeitas com os resultados do encontro", realça o dirigente português. Mesmo não estando presente, por dificuldades de transporte, a Associação de Cegos e Ambliopes de Moçambique enviou um fax onde diz concordar com todas as cláusulas do protocolo que estabelece a criação da CDAC.

A estrutura agora criada tem vários objectivos, como por exemplo, institucionalizar a cooperação entre as organizações de cegos e ambliopes dos países de língua portuguesa, estabelecer formas concretas de promoção dos interesses e defesa dos direitos dos deficientes visuais, nomeadamente nas áreas da Educação, Reabilitação e Emprego, ou ainda promover e acompanhar a criação de comissões de Braille em todos os países da CPLP, procurando fomentar a uniformização da aplicação do sistema Braille nos países-membros. Outro dos objectivos da CDAC prende-se com a criação de um organismo internacional, no âmbito dos países da língua portuguesa, dotado de

personalidade jurídica própria.

A CDAC, que terá sede em Lisboa, reunir-se-á uma vez por ano aprovando recomendações (e ou deliberações) sem carácter vinculativo dirigindo-se principalmente a instituições não integrantes da Comissão. As deliberações são vinculativas para as organizações integrantes da CDAC quando os seus representantes as tenham votado favoravelmente. A CDAC desenvolverá a sua actividade no campo de acção de programas de organizações internacionais, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, a União Europeia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. ●

Nuno Crespo

## Acessos na Expo-98

# Governo quer garantir direitos dos deficientes

NO ENCERRAMENTO das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que decorreram em Albufeira de 2 a 3 de Dezembro (ver página 11 desta edição), o ministro da Solidariedade e do Emprego, Ferro Rodrigues, afirmou estar disponível para intervir politicamente junto da comissão da Expo-98, de forma a garantir a existência de acessos para deficientes no recinto da exposição. Apesar de considerar que "há algum exagero" nas críticas apontadas à Expo face às dificuldades de circulação das pessoas com deficiência, o ministro sublinha que neste momento o exagero é benéfico "pois agora ainda se vai a tempo de alterar o que eventualmente está mal" e, assim, "salvaguardar os direitos dos cidadãos deficientes".

Em declarações ao ELO, Ferro Rodrigues garantiu que "se o Secreta-

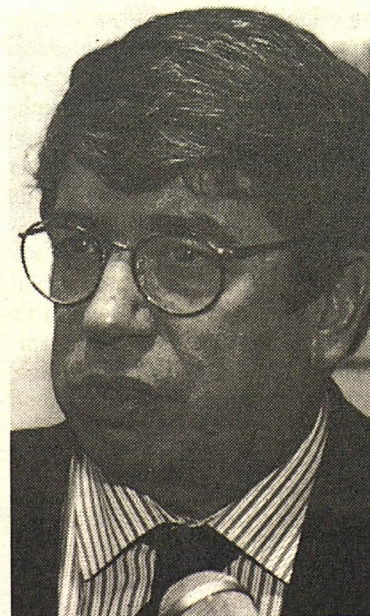
riado Nacional de Reabilitação solicitar ao ministro uma intervenção política junto da Parque Expo, ela será feita imediatamente", ressaltando, contudo, que a intervenção só se realizará no caso de haver um pedido do Secretariado, pois a intervenção política "não poderá surgir do nada". Referindo-se ao exemplo positivo da Exposição Mundial de 1992 em Sevilha, o ministro mostrou-se esperançado em que a exposição de Lisboa venha também a garantir os direitos das pessoas deficientes, "tanto no que respeita aos acessos aos pavilhões como no que se refere às movimentações no recinto".

A questão das acessibilidades na Expo-98 foi um dos assuntos abordados no seminário intitulado "Da Cidade Acessível à Cidadania Plena", que se realizou no dia 3 de Dezembro, inserido nas comemorações nacionais

do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência que este ano foi subordinado ao tema a Arte e o Desporto na vida dos deficientes, e em que estiveram presentes, além do secretário Nacional de Reabilitação, Vitorino Vieira Dias, vários representantes de associações de deficientes entre elas a ADFA.

No primeiro dia das comemorações, a manhã foi dedicada ao desporto envolvendo atletas portugueses e espanhóis, em modalidades como o atletismo, o basquetebol em cadeira de rodas, o futebol cinco, o boccia e o goal ball. De tarde, teve lugar um colóquio sobre "Desporto e Acessibilidade", moderado pelo presidente da Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, que contou com a participação de Rosa Mota, antiga campeã olímpica e mundial da maratona. ● N.C.

FARINHO LOPES



Ferro Rodrigues

## Revista de Imprensa



CORREIO DA MANHÃ  
15 de Dezembro de 1997

"Os invisuais dos países de língua portuguesa vão lançar as bases para a criação de uma futura 'Autoridade Braille para a comunidade lusófona', no decorrer do 1º Encontro de Dirigentes das Organizações Não Governamentais de Cegos daqueles países. O encontro, decorre até ao dia 19, é organizado pela ACAPO e durante os trabalhos, representantes dos vários países vão debater formas de cooperação, fundamentalmente no domínio da deficiência física."

CORREIO DA MANHÃ  
16 de Dezembro de 1997

"A esterilização não autorizada de mulheres mentalmente retardadas está na ordem do dia. Depois dos noticiados casos europeus, surgem agora dados igualmente preocupantes na Austrália, onde a própria agência governamental dos Direitos Humanos revelou que mais de 1000 jovens mulheres deficientes foram ilegalmente esterilizadas nos últimos cinco anos."

DIARIO DE NOTICIAS  
23 de Dezembro de 1997

"Dois projectos actualmente em curso no Porto produziram já protótipos que, uma vez comercializados, poderão ajudar em muito o desempenho comunicacional dos deficientes (...) Um deles é o projecto Multivox, em curso no Departamento de Engenharia Electrónica e de Computadores da Faculdade de Engenharia do Porto. Neste projecto foi desenvolvido um software que controla o desempenho de uma placa que produz uma voz sintetizada, a partir de texto. (...) Outro projecto em curso, este no INESC do Porto, é o Tagarela, um sintetizador de voz para pessoas com deficiência que permite também ampliar as possibilidades comunicacionais de pessoas com deficiência, pensando com vista a apoiar sobretudo deficientes com paralisia cerebral."

Temporal no Alentejo afecta associado da ADFA

# Mais de dois meses à espera de apoios

Nuno Crespo (texto)  
Farinho Lopes (fotos)

Por muito tempo que ainda viva, Mamede Adame dificilmente esquecerá a noite de 5 de Novembro de 1997 quando, em poucas horas, a água arrasou o trabalho dos últimos dez anos. Depois de ter perdido praticamente tudo, este associado da ADFA vai lentamente procurando refazer a vida no monte alentejano onde mora. Entretanto, a ajuda da Câmara Municipal de Moura ou do Governo Civil de Beja teima em não chegar.



A chuva intensa fez transbordar o ribeiro de Torrejais rapidamente



Algumas paredes da casa não resistiram à força da corrente

Durante toda aquela quarta-feira, a chuva ainda não tinha parado de cair, no entanto, com o aproximar da noite, por volta das 18 horas, a precipitação aumentou. Foi nessa altura que Mamede Costa Adame, de 47 anos, deficiente das Forças Armadas, se apercebeu que se estava a passar "algo que não era normal". Adame tinha ido a Moura, que fica a um quilómetro da sua casa, mas preocupado com o facto do pai de 84 anos estar sozinho em casa e com a possibilidade do ribeiro que passa ao lado do monte onde vive poder encher demasiado e transbordar, decidiu ir a casa não "fosse haver algum problema".

Os receios do associado não podiam ter sido mais acertados. Quando Adame chegou perto do monte, deparou-se com um cenário desolador: a água já chegava à estrada principal e, apesar do seu pai estar dentro de casa sem poder sair, o ex-militar nada podia fazer pois Adame é amputado da perna esquerda em consequência de um acidente em Angola, durante o cumprimento do serviço militar obrigatório. "Nunca na minha vida tinha visto tanta água, estava tudo inundado. Não podia fazer nada para retirar o meu pai de dentro de casa", recorda. Uma situação que acabaria por ser resolvida com a chegada dos bombeiros ao local.

O ribeiro de Torrejais transformara-se num grande rio, com um caudal imenso, e a sua corrente não demorou a galgar as margens. A força das águas era tão grande que facilmente o rio derrubou a porta da casa do sócio da ADFA, destruindo tudo o que encontrou pela frente. Em pouco tempo, a habitação tornou-se numa autêntica barragem que chegou a atingir perto de dois metros de altura, até que as paredes das traseiras da casa cederam ao peso da água, arrastando consigo todos os bens de Mamede Adame (o frigorífico, por exemplo, foi encontrado no rio Guadiana a cerca de cinco quilómetros de distância). Nem a pequena ponte romana, a poucos metros da habitação, resistiu à enxurrada acabando por perder as guardas de ambos os lados.

Ao ver a gravidade da situação, o ex-combatente regressa a Moura para chamar os bombeiros que apenas numa segunda tentativa, depois de terem ido buscar uma viatura maior, se conseguiram aproximar do local. No interior da casa, o pai de Adame tinha conseguido manter-se vivo, agarrado durante cerca de duas horas a uma trave de ferro do tecto, evitando desta forma ser arrastado pela corrente.

Tudo o que se encontrava dentro do quarto desapareceu, apenas ficou um colchão de palha que por ser demasiado grande não cabia na porta. Dois meses depois da tragédia, João Flores de 84 anos só com muita dificuldade consegue falar no que lhe aconteceu na noite do mau tempo. Duas horas que pareceram "uma eternidade" e que considerou dos momentos mais difíceis da sua vida. "Estava a descansar e não dei pela água entrar dentro do quarto. Quando acordei, quis levantar-me para ir à casa-de-banho mas a água já era muita e, para não ser arrastado pela corrente, agarrei-me com toda a força que tinha a uma trave do tecto", lembra João

Flores que garante não ter memória de um temporal como este no Alentejo.

## Chuvas do século

A precipitação na região de Beja, entre as 18 horas e a meia-noite do dia 5 de Novembro, atingiu os 80 litros por metro quadrado, números que segundo os peritos, faz com que a probabilidade de ocorrência de uma precipitação idêntica oscile entre os 50 e os 100 anos. Uma intempérie tão violenta originou que, em poucas horas, Mamede Adame perdesse tudo aquilo que havia conseguido nos últimos 20 anos: a casa, os móveis, os electrodomésticos, a motorizada, a criação e as ovelhas.

No final, o ex-militar ficou apenas com a roupa que vestia e com as muletas, além de uma cadeira, uma arca e um roupeiro praticamente destruídos. Das duas dezenas de patos que possuía, apenas se salvaram quatro, mais o gato que "apareceu no dia seguinte completamente enlameado", diz o associado. A água e lama entraram na casa de Mamede Adame de

tal forma que os bombeiros demoraram cerca de duas semanas a limpar todo o entulho. Em certas partes da habitação, a lama chegou a atingir os 20 centímetros de altura.

Feitas as primeiras contas, o associado estima em mais de três mil contos o valor dos prejuízos provocados pelas cheias. Sem outra forma de subsistência além da pensão de DFA, Mamede Adame e o pai têm sobrevivido graças ao auxílio de uma pessoa amiga que os acolhe em Moura. "Até agora só os bombeiros é que me ajudaram", desabafa o ex-combatente, visivelmente desiludido pelo facto da Câmara Municipal de Moura (CMM) ainda não lhe ter prestado "qualquer tipo de ajuda", quando noutras localidades, face a situações semelhantes, já foram atribuídos apoios financeiros: "Prometeram-me uma verba no valor de cinco ordenados mínimos nacionais [três por Mamede Adame e dois pelo seu pai] mas ainda não me deram nada".

Contactada pelo ELO, a autarquia explicou que a atribuição das ajudas obe-

dece à abertura de um processo por parte do Governo Civil de Beja e da CMM e que por este motivo pode demorar algum tempo. Lina Delgado, chefe da Divisão de Acção Social e Cultural da Câmara, acrescentou, no entanto, que Mamede Adame deverá receber o dinheiro "muito brevemente". Quanto à possibilidade do ex-militar poder beneficiar da campanha de solidariedade em favor das vítimas do mau tempo no Alentejo, Lina Delgado pouco adiantou, referindo apenas que muitos dos artigos oferecidos pelas pessoas "não serviam para nada".

Enquanto não recebe ajudas concretas, o associado procura recompor-se emocionalmente da tragédia para reconstruir o seu quotidiano, e apesar de já ter passado por situações difíceis, nomeadamente quando regressou da Guerra Colonial só com uma perna, a idade e a deficiência começam agora a ser obstáculos de peso para quem tem projectos por realizar. E são precisamente esses projectos e "o gosto de viver em contacto com a natureza" que o impedem de ainda não ter vendido o monte.

A casa onde Mamede e o pai habitam, num pequeno monte alentejano à saída de Moura, era um antigo lagar de azeite que o ex-combatente comprou em 1990 por cerca de três mil contos. Desde então, todo o dinheiro que o associado conseguia juntar era empregue na reconstrução do edifício que estava degradado. Os planos que Adame mantém para o lagar passam pela reconstrução do telhado e pela criação de duas zonas distintas: uma para habitação e outra para animais de criação. A autorização para a reconstrução da casa foi-lhe concedida pela CMM, em Agosto.

Com o objectivo de ajudar Mamede Adame, a Direcção da Delegação da ADFA de Évora decidiu, na reunião de 17 de Dezembro de 1997, atribuir ao associado uma "importância de apoio" no valor de 100 contos. •

Os associados interessados em ajudar Mamede Adame podem fazê-lo através da Delegação de Évora. Telefone: 066-23 473



O guarda-vestidos, a arca e uma cadeira foi tudo o que o ex-militar conseguiu aproveitar do temporal

Aquisição de instalações, tomada de posse e 23º aniversário comemorados no mesmo dia

## A grande festa da Delegação do Porto

**Nuno Costa Gomes**

Ao fim de 23 anos, a Delegação da ADFA no Porto viu concretizado o sonho das instalações que utilizá passar para o nome da Associação. Os responsáveis do Porto aproveitaram o dia das comemorações do aniversário da Delegação para descerrar uma placa e para a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais. Tudo numa grande festa que os associados não quiseram perder.

NUNO COSTA GOMES



FARINHO LOPES



O dia 6 de Dezembro entrou para a história da Delegação

A Delegação do Porto da ADFA aproveitou a passagem do 23º aniversário da sua fundação para, no passado dia 6 de Dezembro, descerrar uma placa evocativa do momento, celebrando a escritura da aquisição das instalações e comemorando assim, de forma visivelmente entusiástica, um sonho que acalentava há muitos anos: a aquisição, a título definitivo, das instalações onde a Delegação se encontra há quase um quarto de século, na cidade do Porto, ruas de Francos e Pedro Hispano. A anteceder a cerimónia da passagem do 23.º aniversário teve ainda lugar a tomada de posse dos novos elementos que irão fazer parte do elenco directivo nortenho, para o triénio de 97/2000.

Agradecendo a participação de todos os presentes, o presidente da Mesa da Assembleia Geral do Porto, Henrique Rodrigues, comentou os números e os resultados obtidos nas várias mesas de voto espalhadas pelas delegações do país, sublinhando o facto de se assistir "a uma maior participação por parte dos associados no processo eleitoral". Facto que, na opinião do responsável, "demonstra o esforço da direcção que voltou a merecer a confiança dos sócios".

No final da tomada de posse, o (re)empessado presidente do Porto,

Abel Fortuna, dirigiu-se aos associados dizendo que se sentia "muito feliz por voltar a ser reeleito", aproveitando ainda o momento para louvar a dedicação do "camarada Gil Garcia, que ao longo de dois anos encetou um excelente trabalho". Entre outros nomes também evocados na altura esteve Guerreiro de Sá, que pertenceu aos Órgãos Sociais daquela direcção, bem como um colaborador-associado da ADFA no Porto, João Coelho, que não pôde estar presente, por se encontrar hospitalizado.

Aos restantes membros que vão permanecer na direcção foram dirigidas algumas palavras de apreço,

no sentido de estes ajudarem a "dinamizar a Delegação, promovendo o debate e o confronto de ideias, descentralizando esse mesmo debate ao desenvolver outro tipo de serviços, que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos sócios".

Aproveitando a ocasião e a presença dos muitos sócios que fizeram questão de partilhar este importante momento para a Delegação do Porto, o presidente enumerou alguns "pontos de honra para o futuro". Caso, no que concerne a questões reivindicativas, do tema "Viúvas e deficientes em serviço" que irá obrigar ao lançamento de um debate associativo, no sentido de di-

namizar e acelerar esta questão, que já vem sendo debatida, desde o ano passado. Já na conclusão da sua intervenção, Abel Fortuna foi claro na mensagem que quis transmitir: "Com trabalho e colaboração dos sócios é possível fazer-se algo, no entanto, para isso é preciso que a participação dos associados não se resume a dizerem amen, mas sim exigirem medidas. Melhor dizendo: reivindicando".

Também o presidente da Mesa da Assembleia Geral da ADFA, Jorge Maurício, durante a sua intervenção, fez alusão "à elevada participação dos sócios no acto eleitoral". No entanto, o mais importante, na opinião daquele dirigente associativo, foi o facto de "ser possível estar a comemorar a aquisição das instalações, precisamente na data em que se comemora mais um aniversário da Delegação do Porto". Por último, Jorge Maurício apelou a todos os presentes para que continuem a participar, "activamente, como têm feito até agora, pois é muito importante para todos nós".

Após a tomada de posse, os mais de 50 associados presentes rumaram em direcção à entrada das instalações da ADFA Porto, a fim de assistirem ao descerrar da placa evocativa da celebração da escritura de aquisição daquelas instalações, à qual se seguiu um Porto de Honra.

Antes do jantar de confraternização, onde o número de sócios subiu substancialmente, teve lugar, na Igreja do Carvalhido, a poucos metros da ADFA, uma missa em memória dos associados já falecidos.

O dia terminou com um jantar, em que estiveram presentes o conselheiro nacional, Lopes Dias, o presidente da DN, Humberto Sertório, o presidente da Delegação do Porto, Abel Fortuna, o Brigadeiro Espírito Santo, em representação do comandante da região militar do Norte, Henrique Rodrigues, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Porto, o Coronel Pinto Ferreira, Chefe do Estado Maior da Região Militar do Norte, Jorge Maurício, presidente da MAGN, Horta Carneiro, presidente do Concelho Fiscal Nacional, e Martinho Nunes, presidente do Conselho Fiscal da Delegação.

### Sócios falecidos

Aos familiares e amigos dos sócios falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

#### Américo Firmino Conde Marques Ferreira

Sócio nº 7409  
51 anos  
Faleceu no dia  
18/10/97



Residia no Porto, deixa viúva Maria Isabel de Menezes e Silva Ferreira e 2 filhos. Teve acidente em Lisboa, em 1967, resultando numa fractura da 4ª vértebra lombar e deformação da 5ª (24%).

#### Fernando da Silva Nunes

Sócio nº 2055  
53 anos  
Faleceu no dia  
23/10/97



Residia em Ferreira/Paços de Ferreira, deixa viúva Hermínia dos Santos Ferreira Gomes e 3 filhos. Era DFA, teve acidente na ex-PU da Guiné, fracturou a coluna, resultando paralisia nas pernas (95%).

#### José Cardoso

Sócio nº 6605  
55 anos  
Faleceu no dia  
27/03/97



Residia no Porto, deixa viúva Marília M. de Fátima Ribeiro Cardoso e 3 filhos. Era DFA, teve acidente por accionamento de mina anti-pessoal, na ex-PU de Angola (62%).

#### Armando Vasco de Campos Saraiva

Sócio nº 6258  
76 anos



Residia em Viseu, deixa viúva Fernanda Vieira de Matos Saraiva e 3 filhos. Teve acidente na Guiné, em 1968, por accionamento de mina anti-pessoal (89,49%).

## Serviços das Delegações

### PORTO

#### ATENDIMENTO AOS ASSOCIADOS

Assistentes: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

#### GABINETE DE SERVIÇO SOCIAL

Segundas Feiras - das 14H00 às 17H00  
Quintas e Sextas feiras - das 10H00 às 12H00  
Dr.ª Margarida Marques

#### GABINETE JURÍDICO

Dr.ª Manuela Santos

#### BAR / RESTAURANTE

Almoços: dias úteis e primeiros sábados de cada mês

#### CONSULTAS SOBRE STRESS DE GUERRA

Médico: Dr. Gustavo Wallenstein  
Marcações: Sónia Aguiar, Rogério Nascimento

#### VIATURAS COM ISENÇÃO DE IMPOSTOS

Assistente: Elizabete Couto

#### CAMPO DE JOGOS

Domingos de manhã. Outras datas: João Coelho

#### CONTACTOS:

Telefone: (02) 820403 / (02) 820744

Fax: (02) 825242

### BRAGANÇA

Das 9H00 às 17H30  
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Telefone: (073) 22412

### CASTELO BRANCO

Das 9H00 às 20H00  
CLÍNICA GERAL E ORTOPEDISTA:  
(Quando solicitados)  
Telefone: (072) 21201

### COIMBRA

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo de Almoço - Das 12H30 às 14H00  
CAMPISMO E PESCA (INSCRIÇÕES)  
Telefone: (039) 27712

### ÉVORA

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H30  
Telefone: (066) 23473

### FAMALICÃO

De Segunda a Sexta - Das 9H30 às 19H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00  
Sábados das 9H30 às 12H00  
(excepto no último sábado de cada mês)  
Telefone: (052) 322848

### FARO

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00;  
Telefone: (089) 28515

### FUNCHAL

Das 9H00 às 17H30

Reunião da direcção, todas as segundas (nestes dias a delegação encontra-se aberta até terminar a reunião)

Sextas-fechada à tarde  
Telefone: (091) 765171

### PONTA DELGADA

Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H00 às 14H00  
Telefone: (096) 22221

### SETÚBAL

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00

### UISEU

De Segunda a Sexta - Das 9H00 às 18H00  
Intervalo para Almoço - Das 12H30 às 14H00  
Telefone: (032) 416034



Como é hábito, na época de Natal centenas de filhos de associados participaram em várias festas nas delegações da ADFA, onde os adultos também se juntaram para convívios em que o espírito da quadra esteve presente. As fotos registam as iniciativas nas quatro delegações que responderam ao pedido do ELO.

Évora

Famalicão

Porto

Coimbra

## TIPOGRAFIA ESCOLA DA ADFA

*Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão*

TODO O TIPO DE ARTES GRAFICAS

- fotocomposição • offset
- montagem • tipografia

Rua da Artilharia Um (anexo do Hospital Militar Principal) 1100 Lisboa  
Telefone 385 35 93

«CENTRO MÉDICO AMATUS LUSITANUS»



**URGÊNCIAS DENTÁRIAS & SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE**

Linda-a-Velha (01) 414 69 90  
Algés (01) 411 46 66  
Pinhal Novo (01) 2381694

Lagos (082) 764189  
Castelo Branco (072) 321129  
Ambul. Tagus (01) 4784333

Convenções com ADMG, ADME, ADSE, CGD, CTT, CABLESA, EDP, MJ, SAMS (outros ex. Marconi, Telecom)  
Atendimento privilegiado aos sócios da ADFA e reformados

Aberto aos sábados, domingos e feriados



**IBERPEÇAS**  
SOBRESSALENTES AUTO, LDA.

### ALHAMBRA



#### OFICINAS / PEÇAS

RUA CIDADE DE RABAT, LTE. 2-B - 1500 LISBOA - TELF. 778 60 07  
RUA HERÓIS DO CHAIMITE, LTE. 8 - 2675 ODIVELAS - TELF. 937 60 40

#### STANDS

AV. ALMIRANTE GAGO COUTINHO, Nº83 - LOJA - 2675 PÓVOA DE STº ADRIÃO  
RUA ELIAS GARCIA, LTE. 8-B - VENDA NOVA - 2700 AMADORA

#### CONTACTOS

ALBERTO PINTO: TELF. 757 04 22 - TLM 0931 26 61 53  
LUÍS MENEZES: TELF. 937 60 40 - TLM 0931 85 42 45

# 1997 na ADFA

O ano de 1997 fica marcado pelo facto da Associação ter vivido dois actos eleitorais. Se no primeiro a participação dos sócios atingiu um número modesto, no segundo a afluência às urnas superou todas as expectativas, mesmo as mais optimistas. Para os responsáveis da Associação, o interesse que os sócios demonstraram reflecte a preocupação destes no futuro da instituição. Apesar da instabilidade que os processos eleitorais possam ter provocado na gestão da ADFA, a Associação não estagnou e os projectos em curso continuaram. A ADFA continuou a intervir em todas as questões que diziam respeito aos deficientes militares, em particular, e aos deficientes, em geral. No ano que agora termina, os deficientes militares viram concretizadas algumas das suas pretensões como a criação do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas ou a inclusão de um representante da Associação no Conselho Consultivo do Lar Militar. Todavia, 1997 também foi um ano de frustrações, pois muitas reivindicações continuam à espera de uma solução do Governo. A nível interno a ADFA consolidou a sua estrutura e ofereceu novos serviços aos seus associados, mas também participou activamente ao nível externo. Na Federação Mundial dos Antigos Combatentes de Guerra, por exemplo, conseguiu aprovar todas as propostas que apresentou.

## Eleições parte I

As eleições intercalares para os Órgãos Sociais Nacionais da ADFA marcaram o início do ano de 1997. Depois da demissão da maioria dos elementos da Direcção Nacional, a Mesa da Assembleia Geral Nacional, com o parecer do consultor jurídico da Associação, entendeu que era necessário um acto eleitoral para ultrapassar a crise. Numa eleição com uma adesão normal, a única lista concorrente apresentou-se a sufrágio com o objectivo de "continuar o projecto" iniciado dois anos antes. No final, mais de 600 associados exerceram o direito de voto.

## Conselho Consultivo

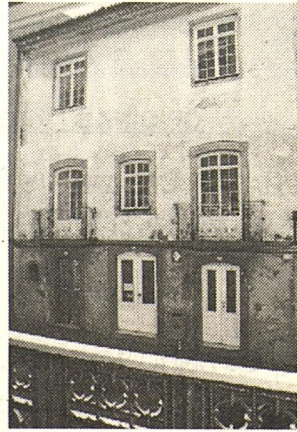
O Governo criou o Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas. Desde a extinção da Comissão Militar de Reabilitação e Assistência, em 1982, que a ADFA esperava pela criação deste organismo. Para os responsáveis da Associação era "fundamental" a existência de uma estrutura deste género de forma a equacionar todos os problemas dos deficientes militares e evitar "perdas de tempo" sempre que o Governo muda.

## Lar Militar



Depois de vários anos a lutar pela constituição de um Conselho Consultivo no Lar Militar, a Associação viu os seus esforços concretizados em Fevereiro com a primeira reunião do novo organismo. Constituído pelo director do Lar Militar, por representantes do Ministério da Defesa, da ADFA e dos utentes o Lar Militar passa a partir desta altura a dispor de um serviço que emitirá pareceres sobre todos os assuntos que lhe digam respeito, entre eles, a admissão de civis em situação de invalidez.

## Açores adquire instalações



Embora desde sempre tenha funcionado na Rua Ernesto do Canto nº 20, só no dia 13 de Fevereiro, com a assinatura da escritura, é que o edifício da Delegação da ADFA nos Açores passou a constituir parte integrante do património da Associação. A cerimónia do acto de compra foi coberta pela Comunicação Social açoriana, nomeadamente a RTP local e o Açoriano Ocidental (um dos mais antigos jornais portugueses), e o presidente da Direcção Nacional, Humberto Sertório, que se deslocou ao arquipélago para assinar a escritura, recebeu da parte do presidente do Governo Regional, Carlos

César, um convite para que a Associação integre o projecto para a criação do futuro Conselho Regional de Reabilitação e Integração.

## Eliminar barreiras

No dia 13 de Fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que visa a progressiva eliminação das barreiras arquitectónicas nos edifícios da Administração Pública. O objectivo do diploma é melhorar a acessibilidade das pessoas com mobilidade reduzida nos espaços e instalações públicas. A medida foi bem recebida pelas associações de deficientes que esperam o cumprimento das normas técnicas previstas no documento. O decreto-lei entrou em vigor no dia 22 de Agosto.

## Cooperação com Angola

O projecto de cooperação entre Portugal e Angola para a construção de um centro de reabilitação e produção de próteses e ortóteses em Luanda continua no bom caminho. Humberto Sertório, presidente da Direcção Nacional, reuniu-se nos dias 16 e 22 de Janeiro, com a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e com o Instituto Português para a Cooperação. Os encontros serviram para definir as metodologias correctas na obtenção de fundos comunitários, pois a viabilidade da iniciativa depende, em grande parte, dos dinheiros da União Europeia.

## Aulas de natação



Um protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação, permitiu o acesso dos sócios às piscinas do Campo Grande, para a prática de ginástica aquática. Em poucos dias, inscreveram-se mais de dez praticantes, um número que reflecte a necessidade deste tipo de iniciativas junto dos associados da ADFA. O retomar da actividade desportiva em Lisboa teve a particularidade de se dirigir para a área de manutenção e não do desporto de competição, pois os anos já pesam e os sócios situam-se quase todos na casa dos cinquenta.

## Serviços no Porto

Fevereiro foi também o mês em que entrou em funcionamento na Delegação do Porto o Gabinete de Apoio Psico-Social. O serviço conta com a colaboração de duas assistentes sociais e tem como principal objectivo apoiar os sócios em domínios como a habitação, segurança social ou saúde. A promoção de actividades de carácter cultural, desportivo e de lazer é outro dos objectivos do serviço, tudo para dinamizar o associativismo.

## Ricardo Jorge na Sede

O refeitório da Sede passou a partir de Março a servir mais 60 refeições diárias. Graças a um acordo celebrado entre a Associação e os Servi-

ços Sociais do Ministério da Saúde, os funcionários do Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, em Lisboa, passaram a comer no refeitório da ADFA.

## Reivindicações em aberto



A audiência com o secretário de Estado da Defesa, Júlio Pereira Gomes, dia 11 de Março trouxe em relação a algumas reivindicações da ADFA: acumulação de pensões dos deficientes em serviço; atribuição de pensões de sangue para os ascendentes e descendentes de deficientes militares que não sejam abrangidos por nenhum outro esquema de previdência, pouco mudou desde a última reunião com responsáveis do Ministério em Outubro de 1996. A Direcção Nacional saiu decepcionada do encontro com Pereira Gomes, considerando que "determinados assuntos podiam estar mais avançados e só não estão devido à burocracia do aparelho do Estado".

## João Soares na ADFA



No dia 20 de Março, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, João Soares, visitou as instalações da Sede para conhecer as instalações da Associação e o projecto "ADFA 2000" que passa pela criação de um espaço, circundante ao edifício Sede, onde a Direcção Nacional quer construir uma tipografia escola, uma oficina de próteses e uma área de formação. O autarca mostrou interesse nas actividades da Associação e considerou que o centro de reabilitação pode ser um "projecto emblemático" para a cidade.

## Assembleia Geral

Mais de 150 associados reuniram-se no Porto, dia 22 de Março, para a Assembleia Geral Nacional Extraordinária. Em causa esteve a continuidade do processo reivindicativo apresentado ao Ministério da Defesa com o objectivo de resolver os problemas mais graves dos deficientes militares. Ao fim de quatro horas, a continuidade do processo reivindicativo foi aprovada pela esmagadora maioria dos presentes como a melhor via para tingir as medidas junto do Governo.



## Guerra Colonial em filme



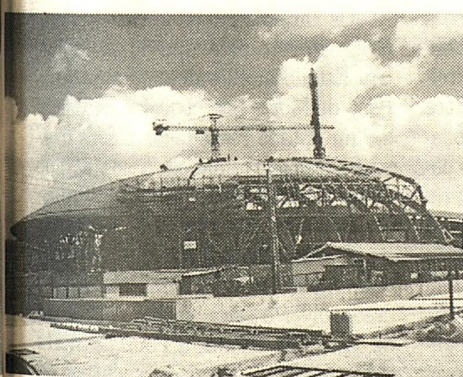
Durante o mês de Abril o filme sobre a Guerra Colonial, feito com base em testemunhos de associados da ADFA, entrou na fase de montagem. Mais de 23 anos depois do fim do conflito, pela primeira vez cidadãos e antigos combatentes poderão ver no ecrã a história tal como na realidade aconteceu. Intitulado "O Grande Lagar da Ira", o filme pretende ser um documento histórico sobre um dos acontecimentos mais marcantes da história recente de Portugal. Para trás ficaram seis meses de trabalho, o dilema na escolha das imagens - cerca de 80 horas de fita foram reduzidas a 50 minutos de filme -, e alguns problemas de natureza logística.

## Relatório de contas



Abril foi também o mês da aprovação do relatório de actividades e contas da Associação referente ao ano de 1996. Apesar de caracterizada pela aprovação do relatório, a Assembleia Geral Nacional Ordinária do dia 19 foi também marcada pelo aumento de quotas e por algumas críticas ao desempenho da Direcção Nacional.

## Expo-98



Em Maio, a um ano da abertura da última Exposição Mundial do século, numa altura em que muitos dos edifícios já eram uma realidade e os espaços públicos começavam a ganhar forma, o ELO foi visitar a Expo-98 e deparou-se com um cenário pouco animador para os deficientes. No entanto, os responsáveis da Parque Expo asseguram que no dia 22 de Maio tudo estará preparado para receber visitantes deficientes.

## Deficientes em serviço

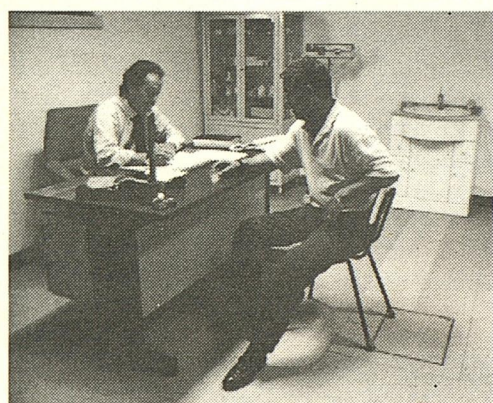
Os deficientes em serviço conseguiram, através de um despacho do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, para efeitos de acumulação do subsídio de desemprego com a pensão de invalidez, a igualdade face aos deficientes em campanha. A alteração veio dar razão à ADFA que há vários anos procurava alterar a situação. Também por esta altura, foi publicado um decreto-lei que promove os deficientes das Forças Armadas graduados ao posto a que teriam ascendido se estivessem no activo. O diploma veio resolver a situação de alguns dos chamados "capitães-coronéis".

## Aniversário em Bragança



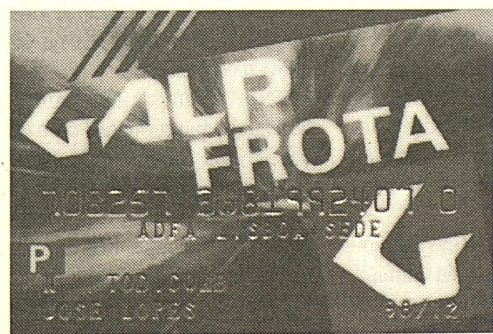
As comemorações do 23º aniversário da ADFA, que decorreram em Maio e Junho, foram um dos momentos mais altos da vida da Associação no ano que passou. A cidade de Bragança acolheu a maioria dos eventos e a grande mobilização dos associados demonstrou o interesse dos sócios em participarem nas iniciativas. No almoço de encerramento das comemorações em Bragança, no dia 18 de Maio, mais de 400 associados, entre amigos e familiares, estiveram presentes no local.

## Clínica em Lisboa



A funcionarem desde o princípio de Junho, os novos serviços médicos da ADFA representam a continuação e o aprofundar do projecto que nasceu há cerca de 18 anos. Através de um simples telefonema, associados e familiares têm ao seu dispor médicos e técnicos especializados. Os serviços médicos são uma alternativa de qualidade ao actual Sistema de Saúde Militar. Foi precisamente a falta de um sistema capaz de satisfazer as necessidades dos deficientes militares que "obrigou" a Associação a criar uma alternativa credível.

## Cartões GALP/ADFA



Outra das iniciativas da Direcção Nacional no ano de 1997 foi a assinatura do protocolo entre a ADFA e a empresa petrolífera Petrolgal que veio permitir aos sócios e familiares usufruir, através de um sistema tipo cartão de crédito, de um desconto de quatro escudos e cinquenta centavos por litro, em qualquer combustível, nos postos de abastecimento da GALP. Até ao momento, a iniciativa tem sido bastante positiva.

## Famalicão em casa nova

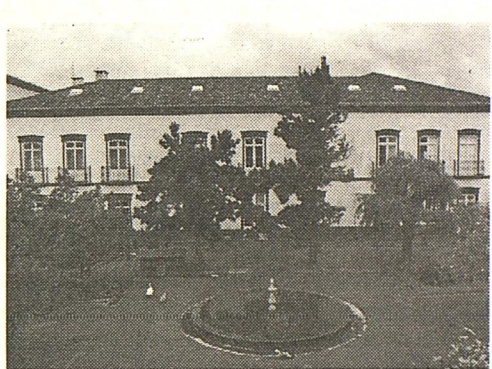
Em 1997, a Delegação de Famalicão realizou um sonho antigo: mudar de instalações. O desejo só foi possível realizar porque a Câmara Municipal cedeu o espaço. Uma sala com 200 metros quadrados situada na Central de Camionagem de Vila Nova de Famalicão. Apesar dos custos das obras de adaptação a cargo da Delegação, os projectos não faltam.

## Conselho de Reabilitação



Para "proporcionar a participação dos serviços públicos, dos parceiros sociais e do movimento associativo interveniente nas áreas da prevenção, reabilitação e integração da pessoa com deficiência", o Governo criou o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (CNIRPD). Para presidir a estrutura, que funciona como órgão consultivo do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, foi nomeado o coronel Costa Bras. A ADFA considera positiva a iniciativa mas não concorda com a forma encontrada para a composição do CNIRPD - por áreas de deficiência - pois acha que esta não conduz a "uma representação real do universo dos deficientes" e envia uma carta onde exprime a sua posição. Alguns meses depois o problema é resolvido.

## Reabilitação nos Açores



Por proposta da ADFA, a Região Autónoma dos Açores poderá ter em breve um centro de reabilitação para deficientes. As negociações entre a Associação e o Governo Regional estão bem encaminhadas e já existe local para a sua instalação. A concretizar-se a criação do centro, a Delegação da ADFA nos Açores vê assim realizado um sonho antigo e os deficientes açorianos que necessitem de adquirir uma prótese, uma ortótese ou qualquer outro tipo de ajuda deixam de ter de viajar para o continente.

## Coleccionar a guerra



Em Setembro, o Diário de Notícias lança o seu último trabalho de colecionáveis: a Guerra Colonial em fascículos. Uma obra sobre um dos acontecimentos da história recente de Portugal que pretende levar o tema ao grande público.

## ADFA na Internet



A ADFA aderiu à Internet para que os associados ou todos aqueles que queiram conhecer o que é a Associação. Informações sobre a sua criação, actividade ou projectos tudo à mão num simples clicar de "rato".

## Porto instalações



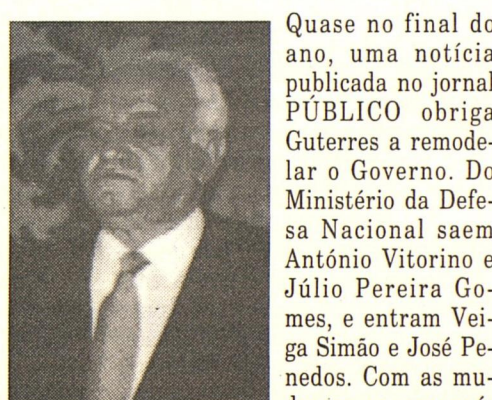
A 6 de Novembro, com a escritura da compra das suas instalações, a Delegação do Porto realizou uma ambição com 23 anos. Os projectos entretanto adiados por falta de condições vão agora poder ser concretizados. A clínica, o posto de enfermagem ou o ginásio estão agora mais perto.

## Associação na FMAC



Durante seis dias, cerca de 60 associações de todo o mundo estiveram reunidas em Seul, Coreia do Sul, para discutir problemas ligados aos deficientes militares. A ADFA representou Portugal e viu aprovadas todas as resoluções que propôs a votação. Uma delas dizia respeito ao conflito de Timor.

## Novo ministro



Quase no final do ano, uma notícia publicada no jornal PÚBLICO obriga Guterres a remodelar o Governo. Do Ministério da Defesa Nacional saem António Vitorino e Júlio Pereira Gomes, e entram Veiga Simão e José Pedros. Com as mudanças, os responsáveis da ADFA esperam "uma maior sensibilidade" do Executivo para a necessidade de resolver os problemas dos deficientes militares.

## Eleições parte II



Tal como começou, o ano termina com eleições e com tomadas de posse. Marcadas pela maior participação de sempre as eleições nacionais de 15 de Novembro demonstram a preocupação dos associados no futuro da ADFA. De norte a sul do país, a afluência às urnas supera todas as expectativas. Mais de 2600 sócios votaram.

# Pena de morte: É imperativo acabar com ela



QUANDO NO seu mandato a Amnistia Internacional se propõe denunciar e combater tudo aquilo que se relaciona com a Pena de Morte, fá-lo consciente da sua extrema importância e necessidade. Importa aliás, salientar, que o interesse do Movimento por esta problemática vem já de longe. Se bem que não tenha sido o móbil para a sua fundação (1961), assumiu particular importância a partir de inícios dos anos 70.

No Dia Mundial dos Direitos Humanos em 1977, a Amnistia Internacional realizou uma Conferência sobre a Pena de Morte na cidade de Estocolmo, resultando da mesma uma importante Declaração. Esta foi adoptada em Março de 1978 como uma declaração de princípio sobre a abolição da Pena de Morte.

Ao basear e fundamentar o seu trabalho e exigências de actuação em padrões e normas reconhecidas internacionalmente, a Amnistia Internacional não poderia deixar de considerar e atender a um dos direitos individuais que mais importa defender: o direito à vida.

De facto, quando na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no seu artigo 3º se diz que "Todo o ser humano tem direito à vida", o valor da mesma surge como algo de inestimável e inviolável. Neste sentido, e porque assim é, a aplicação da Pena de Morte surge como uma clara negação de direitos. Importa, portanto, preservar valores humanistas há muito estabelecidos.

Atendendo a estes aspectos, urge sublinhar que, para a Amnistia Internacional nada nem ninguém pode justificar ou legitimar a existência da Pena de Morte. Os Estados não podem servir-se do seu Poder para, sob qualquer pretexto, eliminar vidas. O direito à vida é, pois, por si só, um limite à acção desses mesmos Estados.

Há que procurar alternativas dentro dos Sistemas Judiciais para que outro tipo de soluções sejam encontradas. Pensemos, por exemplo, em Reformas Penais, melhorias a nível de actuação das Forças de Segurança, métodos de detenção, condições dos estabelecimentos prisionais, apostas na função ressocializante das penas, entre outras.

É inegável que as sociedades contemporâneas se debatem com graves problemas sociais que põem em causa a segurança dos cidadãos. A violência, a criminalidade, o tráfico de droga e o terrorismo atingem índices preocupan-



Chengdu, China, 1992: coluna de veículos transporta prisioneiros para o local público onde serão executados

tes em certas partes do mundo; o medo instala-se entre as pessoas. É precisamente esta ordem de factores que faz com que, nalguns países, a opinião pública (incluindo a classe política e Governos) seja tendencialmente favorável à aplicação da Pena de Morte. Surgem então argumentos como o do seu efeito dissuasor, o do Estado não dever gastar dinheiro a manter criminosos nas cadeias, assim como a necessidade de se "limpar" a sociedade dos seus elementos mais perigosos.

Face a este tipo de realidades, considera a Amnistia Internacional que a Pena de Morte não é solução para eliminar ou corrigir aquilo que com ela se diz pretender. Quer através de análises no terreno, quer de estudos e investigações levadas a cabo, reitera o Movimento que a Pena de Morte, para além de ser um atentado ao direito à vida, é irreversível, ou seja, impossibilitadora da correcção de enganos, logo, potenciadora da eliminação de inocentes; é desigual, injusta, racista e discriminatória.

É, nesta sequência, utilizada como forma de perseguição política e social, na medida em que é mais facilmente aplicada a certos grupos, "raciais", étnicos, religiosos e desfavorecidos economicamente. Não está confirmado o seu efeito dissuasório (pelo menos na percentagem que lhe querem atribuir); é geradora de intolerância, de sentimentos de vingança e de mais violência; é um tratamento cruel, desumano e degradante. Em muitos países é ainda utilizada como um "remédio" para a lotação excessiva das cadeias.

Perante este tipo de cenários, e por estarem em causa valores humanistas, éticos e morais, a Pena de Morte é considerada pela Amnistia Internacional como uma espécie de catalisador para a legitimidade da violação de todos os Direitos Humanos, assim como para a minimização da importância do valor da vida humana.

Obviamente que existem opiniões que questionam a posição da Amnistia Internacional, denominando-a de "ab-

solutismo radical contra a Pena de Morte". Quem o faz abre excepções para a aplicação da mesma, considerando as especificidades do país, os problemas por si sentidos e vividos e pelo tipo de respostas que aos mesmos têm que ser dados fazem, portanto, a "defesa conjectural" da aplicação.

Ora, para um Movimento como a Amnistia Internacional, cujo grande objectivo é a defesa e promoção dos Direitos Humanos, considerando-se entre eles, com especial destaque, a integridade física e moral dos indivíduos, não podem haver hesitações, excepções ou ponderação de situações. A vida é para ser mantida e respeitada na dignidade que a si está inerente.

Não há dúvida que muitos passos têm ainda que ser dados para que realidades como a Pena de Morte e outras que lhe estão associadas deixem de existir (e aqui referimo-nos aos suplícios vividos nos denominados corredores da morte, às execuções públicas sob a forma de fuzilamentos, decapitações e ape-

drejamentos, de desfiles públicos dos condenados com intuítos intimidatórios). Importa continuar a desenvolver esforços para que Estados que incluem a Pena de Morte nas suas Constituições e Códigos Penais, deixem de o fazer, para que outros que a excluíram não a voltem a introduzir.

Os Direitos Humanos não se compaginam com este tipo de situações. Um Estado que legalmente autoriza a Pena de Morte não pode ser considerado um Estado respeitador desses mesmos Direitos Humanos. E isto porque esses direitos devem ser vistos como um todo e na total amplitude humana.

Por tudo isto considerar e defender, a Amnistia Internacional, continua a desenvolver o seu trabalho no sentido de, cada vez menos, a Pena de Morte ser aplicada para determinado tipo de crimes e, para que, nessa continuidade, seja eliminada por um maior número de Estados possível.

Amnistia Internacional,  
Secção portuguesa

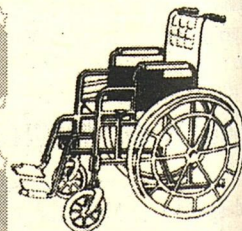
EUROPEU DE  
**ORTOPEDIA**  
CENTRO

*O Centro Europeu de Ortopedia agradece a todos os deficientes das Forças Armadas e deseja Boas Festas e um Feliz Ano Novo*

*A Gerência*

GUSTAVO MELO MENESES E VASCONCELOS

Rua Ponta Delgada, 53 • 1000 Lisboa • Tel. 355 57 56



Aumento anunciado no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

# Abono para famílias com deficientes sobe 25 por cento

Nuno Crespo

No Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, o ministro Ferro Rodrigues anunciou novos apoios para os deficientes e reafirmou o esforço do Governo na reabilitação e integração dos mesmos. Mesmo assim, as associações de deficientes consideram que há ainda muito por fazer e acusam o Executivo de António Guterres de esquecer algumas das promessas eleitorais.



As novas medidas foram avançadas em Albufeira, durante as comemorações

Os abonos de família para deficientes vão aumentar 25 por cento, já a partir deste mês. O anúncio foi feito pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, durante as comemorações oficiais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência que decorreram em Albufeira, no Algarve, nos dias 2 e 3 de Dezembro. O ministro aproveitou ainda a data para assinar um protocolo de desenvolvimento desportivo, no valor de 32 mil contos, com a Secretaria de Estado do Desporto e a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), com vista à preparação dos atletas portugueses para os Jogos Paralímpicos de Sidney, no ano 2000.

a receber 8100 escudos, mais 1580 do que o actual montante que se cifra em 6520 escudos. Dos 14 até aos 17 anos, o abono sobe de 9530 para 11800 escudos. Por último, no terceiro escalão, dos 18 aos 23 anos, as famílias de deficientes passam a poder contar com 15800 escudos em vez dos 12700 que actualmente recebem.

A distribuição diferenciada mantém-se porque o Governo entende que "as necessidades dos deficientes aumentam com a idade". No entanto, este procedimento não significa que não exista uma distinção entre as famílias, de acordo com as condições sociais e económicas do agregado, pois na actualização feita em Junho do ano passado do abono de família clássico a diferenciação é feita com base nos rendimentos familiares. Por exemplo, uma família com poucos rendimentos que tenha uma criança deficiente de 13 anos recebe a mesma

importância do subsídio para deficientes de uma família com rendimentos mais elevados, mas o mesmo já não acontece em relação ao abono familiar clássico.

Ferro Rodrigues, fez questão de anunciar os novos aumentos no Dia Internacional do Deficiente apenas por considerar ser esta a altura "mais apropriada", salientando que as verbas em causa cerca de cinco milhões de contos há muito que estavam previstas no orçamento do Ministério para o próximo ano. Os novos aumentos irão abranger cerca de 50 mil crianças e jovens deficientes.

## Protocolo inédito

Quanto ao protocolo assinado com FPDD, o secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, referiu, aquando da assinatura do acordo, que se tratava da "primeira vez que

os departamentos governamentais assumiam a responsabilidade de colaborar com os atletas de alta competição deficientes", adiantando, que no segundo semestre de 1988, "será celebrado um outro protocolo onde serão atribuídas novas verbas".

Preocupada com a situa-

ção "muitas vezes dramática em que vivem os cerca de um milhão de cidadãos portugueses portadores de deficiências e suas famílias", a Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD) enviou no Dia Internacional do Deficiente uma carta aberta ao primeiro-ministro onde considera as comemorações oficiais de Albufeira como "formais e despesistas" porque não correspondem à realidade nacional.

A CNOD acusa António Guterres de esquecer algumas das medidas prometidas no período eleitoral e enumera ainda um conjunto de situações que diz estarem mal: as leis aprovadas na Assembleia da República mas que "não estão regulamentadas", as "pensões miseráveis" de 22100 escudos a que muitos deficientes tem direito, os custos dos medicamentos, as dificuldades de acesso aos cuidados de saúde e de reabilitação, a existência de uma Tabela de Incapacidades "obsoleta", as barreiras arquitectónicas, a falta de habitação social adequada, os poucos transportes públicos adaptados, as discriminações do mercado de trabalho ou um

ensino integrado a funcionar com "muitas insuficiências".

Mas não foi só a CNOD que aproveitou o dia 3 de Dezembro para denunciar alguns dos problemas com que se debatem os deficientes, a Associação Portuguesa de Deficientes (APD) divulgou também um comunicado à imprensa em que afirma que "nada mudou relativamente à forma de encarar a política nacional de reabilitação". Para a APD as pessoas com deficiência são alvo de violações dos Direitos Humanos, pelo simples facto de "não existir, nem nunca ter existido uma política coerente e estruturada de reabilitação".

Segundo a APD, na área da saúde, por exemplo, "parece existir uma vontade em acabar com a atribuição gratuita de ajudas técnicas, como próteses e ortóteses, nas instituições públicas de saúde e segurança social". Por outro lado, na área do emprego, se já existem dificuldades para os cidadãos "normais", para as pessoas com deficiência o problema é ainda maior: "os deficientes são os últimos a conseguir emprego e os primeiros a serem despedidos", denuncia a associação. •

## Deficientes: "uma das maiores minorias do mundo"

O DIA Internacional do Deficiente nasceu em 1992. Ao terminar um período de dez anos em que as Nações Unidas procuraram sensibilizar a opinião pública para os problemas dos deficientes e em que se adoptaram algumas medidas para melhorar a situação destas pessoas, a Assembleia Geral das Nações Unidas decidiu proclamar o dia 3 de Dezembro como a data oficial dos deficientes. Uma efeméride criada para que todos os Estados-membros promovam a integração dos deficientes na sociedade.

Um ano mais tarde, a Assembleia Geral aprovou um documento intitulado as "Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência" com o objectivo de garantir que os deficientes "possam ter os mesmos direitos e obrigações que os demais" cidadãos. Reconhecendo que existem em todas as sociedades obstáculos que dificultam a integração dos deficientes, o documento considera, no entanto, que "é responsabilidade dos Estados adoptar medidas

adequadas para eliminar esses obstáculos".

Na mensagem que escreveu a propósito da comemoração deste ano, o Secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, lembra precisamente os compromissos políticos e morais assumidos pelos Estados-membros ao terem aprovado, em 1982, o Programa de Acção Mundial para os Deficientes e, em 1993, as Regras Gerais sobre a Igualdade de Oportunidades. Kofi Annan, considera mesmo que o facto de existirem no mundo "mais de 500 milhões de homens, mulheres e crianças que sofrem de alguma limitação mental, física ou sensorial" torna as pessoas com deficiência "uma das maiores minorias do mundo".

O Secretário-geral aproveita ainda a oportunidade para saudar uma organização não governamental francesa e belga a Handicap Internacional que figurou entre os fundadores da Campanha Internacional para Proibir as Minas Terrestres, e à qual foi atribuído o Prémio Nobel da Paz de 1997. • N.C.



Grupo Volkswagen

# CARLAR, S.A.

A Carlar, S.A. oferece atendimento personalizado em toda a linha Skoda, exclusivamente para deficientes

Vendas especiais para deficientes



a SKODA convida-o a vir experimentar a nova gama FELICIA, agora equipada com:

- Direção Assistida
- Injecção Multi-Ponto
- Novos Motores Diesel
- ABS + AirBag\*

Venha a um concessionário Skoda conhecer o Felicia e o Felicia Break, dois automóveis que respondem a todas as suas necessidades. Têm espaço para tudo, facilmente acessível através das 5 portas e toda a comodidade proporcionada pela direcção assistida de série. A segurança também não foi deixada ao acaso, por isso vêm equipados com ABS e Air Bag em opção. Skoda Felicia é o automóvel feito a pensar em si.

## CARLAR

R. Quinta do Almargem, 10 - 1300 Lisboa  
Tel: (01) 362 06 20  
António Bernardes  
Delegado de Vendas Especiais para Deficientes  
Telemóvel: 0936 62 60 41  
Res. Telef. (063) 790267



Grupo Volkswagen



# Notícias sem fronteiras

O ELO quer cobrir todo o território nacional e, para isso, a Direcção da ADFA acedeu ao pedido da Redacção, no sentido de reforçar o corpo de jornalistas ao serviço do jornal. Mas o esforço da Direcção Nacional terá sido em vão se as delegações da ADFA e os associados espalhados pelo país não enviarem ou contactarem a Redacção do ELO, divulgando informações que conduzam a notícias ou reportagens no terreno. Enviar pequenos textos para a Redacção pode ser um bom princípio mas, no entanto, muitas das vezes, como é natural, o material enviado não chega para desenvolver uma notícia, acabando o assunto por ser apenas superficialmente referenciado. Os jornalistas do ELO estão aptos para se deslocarem até aos locais dos factos e, uma vez lá, fazerem a cobertura dos acontecimentos em causa. Mas para que isso aconteça é essencial que seja estabelecido um contacto prévio com a Redacção. Em qualquer local, todos os assuntos relacionados com a ADFA, ou com questões que envolvam associados ou deficientes (como por exemplo a reportagem do sócio vítima das cheias; página 5 desta edição) podem ser notícia para o ELO. Basta informar a Redacção.



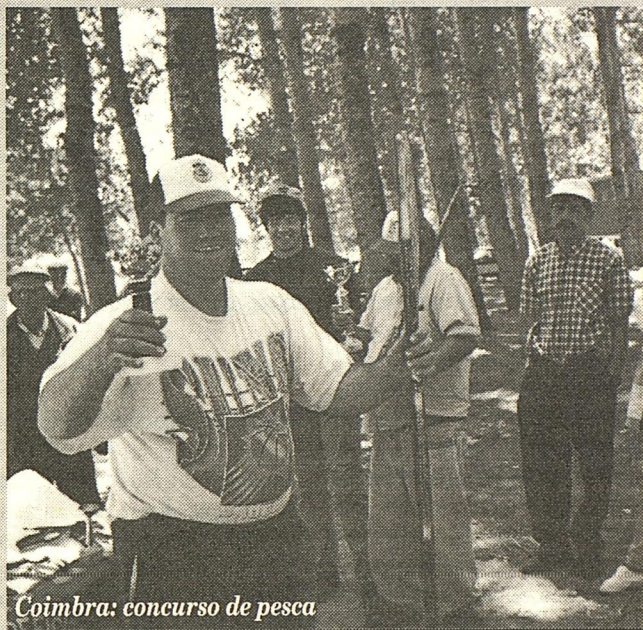
Ponta Delgada: escritura da Delegação



Évora: reunião de sócios



Castelo Branco: Delegação



Coimbra: concurso de pesca



Famalicão: aniversário



Setúbal: sardinhada



Porto: aniversário



Faro: eleições



Bragança: exposição



Viseu: almoço aniversário



Madeira: exposição

Muitas das cartas que chegam à Redacção do ELO são demasiado extensas. Agradecemos que, no futuro, os seus autores sejam o mais objectivos e sintéticos possível para que os textos possam ser publicados na íntegra. De outro modo, ver-nos-emos obrigados a publicar apenas o essencial das cartas, eliminando o que nos parecer menos importante, procedimento que pretenderíamos evitar a todo o custo, pois poderá ser interpretado como forma de censura. Escrevam sempre. Exponham os vossos pontos de vista, as vossas críticas, os vossos problemas, os vossos anseios, de forma objectiva, isenta e sem considerações a despropósito, mas esforcem-se por ser breves. O ELO agradece a vossa colaboração e poderá, deste modo, dar a palavra a maior número de associados.

## Apelo familiar

Tenho um filhinho de 11 anos de idade que infelizmente sofre imenso por problemas psiquiátricos. Para ocupar o seu tempo, incuti-lhe o colecionismo de selos/moedas/notas de Portugal ou de outros países (recentes ou antigos). Uma das prendas que ele gostaria que o "Pai Natal" lhe oferecesse era selos, moedas e notas para a sua ainda muito pequena colecção. Assim venho por este meio apelar ao espírito de solidariedade humana para com esta pobre criança que seria a divulgação desta minha carta aos associados e que os mesmos contribuissem com a sua valiosa ajuda na oferta de selos/moedas/notas ao meu querido filhinho, visto eu não ter possibilidades financeiras para os/as adquirir.

Agradecia o envio via CTT para:

José Maria Carlos Belo

Rua Mestre de Aviz, 14-3º Esq.

2675 PÓVOA STº ADRIÃO

Desde já vos fico imensamente grato pela atenção dispensada, o meu muito, muito obrigado.

José Belo  
Lisboa

## Sobre as eleições

Seguramente que não me passava pela cabeça, que as últimas eleições para os órgãos sociais da ADFA, viessem a desenvolver tantos temores, em mentes tão cheias de nada, e que acabaram por explodir de tanto vazio.

Sempre defendi, na minha já longa jornada associativa, que as eleições deveriam ser o reflexo da pujança dos associados.

Independentemente dos nomes, necessário era o fortalecimento do espírito do 14 de Maio de 74. Importante, mais que tudo, a ADFA. Defender o seu cariz democrático, escolhendo-se entre muitos, os associados que merecessem a confiança da maioria. Mas os tempos são outros. A vida dá voltas, as mentalidades ficam baralhadas, toldam-se as ideias. Hoje, a nossa Associação vive momentos de particular importância. São os direitos, muitos por alcançar, necessidades sem fim, promessas desfazem-se no imaginário dum futuro sem fé. Vitalidade associativa, projectada no número de votantes do último 15 de Novembro, na realidade encoberta por muita mentira, pela falsidade, pelo despudor.

Os associados votaram, os lobos uivaram, tresmalhados se chegaram, rebanhos se juntaram.

Na lamúria das suas românticas águas mais turbulentas, o Mondego corou, pintado pela vergonha da hipocrisia, pelo negrume da chafurdice. Aqui em Coimbra, o prenúncio da subserviência, a certeza da cómica unidade, do todos por alguns, pelo extermínio de um, até ao aniquilamento final. A política de quem não se acomoda ao sistema deverá ser esmagado.

E fez-se a tal lei, pelas urnas da ignorância comprada, absorvida pelo mata borrão do poder a qualquer preço, abjecto, sem vergonha. Em Coimbra, cumpriu-se a traição. Carrascos de Inês rebelam-se de gozo lá nas suas tumbas. O lixo é fruto de todos os tempos.

Desenganem-se porém os algôzes. Aqui e agora, para sempre, no lugar das lágrimas, a paixão, sem limites. A história é imortal. Não mata quem quer, não morre quem porfia, não se abate o que é imbatível.

O peso da impotência canalha, pesará nas asas da mentira e não deixará voar alto os abutres. As aves de rapina perecerão aos ventos da mediocridade, e estatelar-se-ão na imundice do solo, cuspindo restos de nauseabundos cérebros, lançando ao vento, pedaços de porcaria de tanto vômito armazenado.

Depois da auto homenagem em discursos de circunstância, o notável empreendimento dos squeadores está em marcha. Por enquanto, a cerca fechada. O rebanho unido. Aos estridentes assobios dos pastores de cátedra, recolhem os carneiros. O pasto vai estando apeteçível. A seca, nos horizontes perdidos do esquecimento. A chu-

va é abundante. A fartura embebeda, os bichos saltitam de prazer. Até ao cair do cutelo. Aos futuros sacrificados, nada lhes minorará o sofrimento. O tempo não pára. Mutações diversas. Os bons costumes. As promessas esquecem-se e a prática de se tomarem decisões ao jeito de luz debaixo do alqueire, e de que a Bíblia Sagrada nos fala, (não é por acaso que é o livro mais actualizado do mundo), vai sendo uso corrente, pese embora o facto dos promotores destas situações bradarem aos quatros ventos, que tudo é democrático, que nada há a esconder, que tudo é cristalino como a água das fontes das selvagens montanhas. Quem assim pensa e assim vai agindo, lá tem as suas razões. Quem os ouve, não fosse o que se sabe, dir-se-ia parecerem anjos a pregarem no Céu, e não gente a confrontar-se com situações, onde a ética não tem lugar, a democracia metida na gaveta, embrulhada e para reforço, num manto negro de consciência escura, o preto cujo tom, é ausência de todas as cores.

José Martins Maia  
Sócio n.º 244

## Construir sem barreiras

Com o título acessibilidade para todos, o jornal ELO de 4 de Outubro, diz que se deve sensibilizar as autarquias para a acessibilidade da eliminação progressiva das barreiras arquitectónicas nos edifícios e espaços públicos e que se deve dar conhecimento aos técnicos camarários do decreto-lei 123/97, de 16 de Setembro.

Acontece que a Câmara Municipal de Viseu, tem vindo a desenvolver através do seu NAAE Núcleo de Atendimento e Acessibilidade acções tendentes a sensibilizar todos os intervenientes no processo de reabilitação e integração no meio físico e social de pessoas com deficiência e como mensagem aos mais jovens tem chamado a atenção para a importância de conviverem naturalmente com a deficiência. Esta, verdadeiramente, não é tão rara como se presume, cada pessoa e sempre com mais frequência, é limitada, variando somente a forma e o grau de limitação.

As maiores dificuldades com que se deparam as pessoas com mobilidade reduzida, impedidas de exercer as actividades de que são capazes, é a existência de imensas barreiras arquitectónicas. Estas são consequências de barreiras sociais e psicológicas que importa eliminar e a aprendizagem desde criança da aceitação de si própria e dos outros, como realmente é, constitui factos preventivos de efectiva integração social das pessoas com deficiência.

Que acção desenvolvida constitua factos erosivo de barreiras existentes e rasgue novos horizontes de desenvolvimento social, numa convivência natural entre as pessoas.

No seminário sobre as acessibilidades e integração social de pessoas com deficiência, afirmou-se que o direito à acessibilidade é uma questão de ética numa sociedade que tem a faceta de construir cidades acessíveis para todos.

O modelo em debate foi essencialmente dirigido a profissionais e estudantes das áreas de arquitectura, construção civil, transportes e urbanismo e ainda a instituições de solidariedade social, autoridades sanitárias, autárquicas e profissionais de saúde e segurança social.

No final do debate, desejou-se que se tivesse saído do encontro mais sensibilizados e comprometidos na tarefa inadiável da construção de cidades acessíveis, nomeadamente para os cidadãos com mobilidade condicionada. Anotou ainda que neste contexto, a mudança de atitudes passa obrigatoriamente pelo intercâmbio de saberes e experiências com conhecimento aprofundado das normas técnicas e pela fiscalização das boas práticas urbanísticas e arquitectónicas.

Considerou também que todos somos responsáveis pela criação de efectivas oportunidades, realização pessoal e social dos projectos de vida dos cidadãos com deficiência, o mesmo acontece em relação à cultura da acessibilidade integral, contemplando as mais diversas vertentes, desde a

informativa à integrativa, importando passar às acções concretas, uma vez que as metas estão defendidas.

O presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, disse ter plena convicção de que na cidade, ainda há muita coisa para fazer, no entanto iniciativas como esta, poderão dar um contributo bastante forte no atenuar das barreiras que se colocam aos cidadãos deficientes.

Em referência ao decreto-lei 123/97, é pena que ainda se tenha que esperar sete anos para tornar o mundo urbano sem barreiras, entendendo que deveria ser o SNR [Secretariado Nacional de Reabilitação] a entidade fiscalizadora do Decreto e não o faz.

Ficou demonstrado neste seminário que eliminar as barreiras arquitectónicas não pode ser um factor de discriminação entre as pessoas, uma vez que todos devem ter as mesmas oportunidades de realização pessoal, atendendo a que as pessoas com mobilidade reduzida, não podem integrar-se plenamente na sociedade enquanto existirem barreiras arquitectónicas.

Refere-se ainda que em Viseu, os empreiteiros presentes no colóquio, dois deles afirmaram terem já projectos pendentes na Câmara Municipal com problemas de acessibilidade no que se refere à implantação de rampas e elevadores, considerando que ao decreto-lei 123/97 quanto a elevadores, precisa de ser tratado, mas de facto, afirma-se que em Viseu se cumpre Portugal.

João Gonçalves  
Sócio n.º 684

## Carta ao Ministro da Defesa Nacional (I)

O Jornal ELO sai mensalmente há mais de 20 anos. Em todos os seus números infelizmente há sempre uma página onde são publicados os nomes dos muitos sócios DFA's [Deficientes das Forças Armadas] que vêm falecendo.

Significa isso que o número de DFA's vem diminuindo ao longo destas duas décadas, conforme é a Lei da Vida.

A idade, o agravamento das lesões, o stress da guerra, etc., contribuem para tudo isso, sendo a morte prematura infelizmente uma consequência para muitos de nós que vimos não só destroçadas as nossas vidas, como também as nossas carreiras bruscamente amputadas.

Quantas lágrimas! Quanta dor! Quantos traumatismos!

Alguém perguntou a alguém:

Quanto valem os teus olhos? És capaz de vendê-los por 1, 2 ou 3 milhões de dólares?

Quanto valem as tuas pernas? És capaz de vendê-las por 1, 2 ou 3 milhões de dólares?

Quanto valem os teus braços? És capaz de vendê-los por 1, 2 ou 3 milhões de dólares?

Quanto valem os teus rins, pulmões, fígado, etc., etc.? És capaz de vendê-los por 1, 2 ou 3 milhões de dólares?

Significa isso que és rico e pobres são aqueles que não têm saúde!

Os DFA's brusca e brutalmente viram as suas carreiras amputadas numa fracção de segundos.

O Tribunal Constitucional, pelo seu Acórdão nº 563/96, publicado no Diário da República nº 114, 1ª Série, de 16/05/96, declarou inconstitucional a alínea a) do nº 7 da portaria 162/76 de 24 de Março, e, por isso, repôs a possibilidade de os DFA's poderem regressar ao activo no regime que dispensa plena validade.

A solução que Governo deu ao chamado caso dos "Capitães-Coronéis" é uma base de partida que democraticamente deveria ser extensiva a todos os DFA's que reúnem os requisitos legais para ingresso naquele regime que dispensa plena validade. Não se compreende nem se aceita que nesse sentido as

atenções do Governo sejam só para com os dos "Galões".

Manuel Pascoal Gonçalves  
Sócio n.º 10038

## Carta ao Ministro da Defesa Nacional (II)

Ao dirigir-me a V. Ex.a fico esperançoso na graça de Deus que o Sr. Dr. Veiga Simão, resolverá com o seu calor humano que V. Ex.a, vai pôr o termo à minha situação que se já arrasta há mais de vinte anos.

Como é de conhecimento de V. Ex.a, e que V. Ex.a fazia parte do antigo regime, ou seja, do governo do Dr. Oliveira Salazar e do professor Dr. Marcelo Caetano, era no seu tempo enquanto estava no poder governamental que o Sr. Dr. Veiga Simão mais o Sr. Dr. Oliveira Salazar, mais Sr. professor Dr. Marcelo Caetano, que enviam para as ex-colónias portuguesas seres humanos para carne para canhão.

Como é de conhecimento de V. Ex.a, e que V. Ex.a não pode, nem deve ignorar tais factos, a que aqui descrevo, pois se tal viesse acontecer, o que não espero que não aconteça V. Ex.a. Dr. Veiga Simão quer desmentir tais factos, porque isso seria realmente uma traição à Pátria, e aos Deficientes das Forças Armadas, sem pensão, sem qualquer ajuda médica e mais deixando os deficientes das Forças Armadas, cegos mutilados e em cadeiras de rodas e consecutivamente em "stress de guerra" em que muitos ainda se encontram, dou-lhe como exemplo o meu próprio caso, que será naturalmente para V. Ex.a. Dr. Veiga Simão, uma vergonha ao actual governo Português a que V. Ex.a, tem a sua quota parte de responsabilidade sobre o meu caso:

V. Ex.a. Dr. Veiga Simão sabe perfeitamente e não pode negá-lo que todos os que defenderam a Pátria, muitos de nós seres humanos, foi presente a uma Junta Médica Militar para integrar as Forças Armadas para ir para a guerra, ou seja, "carne para canhão", como também não há nem houve até hoje, um único militar que fosse presente a uma Junta Médica Civil, para ver se encontrava-se doente ou não.

Pois, como V. Ex.a. Dr. Veiga Simão todos nós fomos presentes a uma Junta Médica Militar, não a uma Junta Médica do Governo, ou seja, Médica Civil como é possível, haver uma Democracia é liberdade de expressão, segundo reza a história actual, quanto à minha pessoa tudo isto é uma farsa política, para esquecer aqueles que lutaram pela Pátria e enriquecerem os bolsos de dinheiro dos deficientes das Forças Armadas, e graduarem postos militares aqueles que nem sequer lutaram pela Pátria.

Certamente, que V. Ex.a. Dr. Veiga Simão vai ficar muito magoado pelas letras que aqui descrevo, mas peço a V. Ex.a. Dr. Veiga Simão por favor que me mande matar ou enforcar como V. Ex.a. Dr. Veiga Simão assim o entender, se achar que eu não tenho direito de expressar toda a minha revolta e mágoa de arrependimento de ter servido à Pátria. Pois, sim a Junta Médica Militar, não tem poderes suficientes para analisar se estávamos ou não doentes, então V. Ex.a. Dr. Veiga Simão, mude de imediato a troca de Junta Médica Militar, pela Junta Médica do Governo, ou seja, "Junta Médica Civil".

Ex.mo. Sr. Veiga Simão, após esta minha revolta e dor que sinto dentro de mim, passo-lhe a descrever a minha situação actual, esperando naturalmente de V. Ex.a. qualquer resposta concreta, apesar de V. Ex.a. Dr. Veiga Simão não me vai passar qualquer cartão, nem tão pouco se importará com o meu caso actual, mas a minha dor e mágoa em que me encontro faça naturalmente mudar de ideias, e ter em conta que a

razão vive sempre ao lado dos desprotegidos em termos políticos:

Agora desabafei peço imensa desculpa a V. Ex.a. Sr. Dr. Veiga Simão se o ofendo por a forma como lhe escrevi.

Prosseguindo a minha carta Sr. Dr. Veiga Simão começo-lhe agora por lhe contar toda a verdadeira (comédia) que o exército me arranhou e ainda anda a fugir às responsabilidades que tem sobre o meu caso.

Se V. Ex.a. Dr. Veiga Simão tem dúvidas sobre os factos que aqui lhe envio em fotocópia, agradeço que me marque uma nova Junta Médica Militar ou se informe aos Médicos Militares (não a médicos do governo) ou seja "Médicos Caixa Civil" digo isto novamente, porque não foram os "médicos civis" ou do governo se estava doente ou não, quando nos mandam para a guerra, ou seja, carne para canhão.

Só peço a V. Ex.a. Sr. Dr. Veiga Simão que seja reposta a verdadeira justiça a que tenho direito: assistência médica para mim, para os meus filhos e esposa e pensão desde que vim da Guerra do Ultramar.

Sem mais, espero sinceramente de V. Ex.a. Dr. Veiga Simão a boa vontade de humanidade a que se confere em V. Ex.a., sem mais agradeço-lhe os minutos que perdeu a ler esta minha carta, e no final me dê o calor humano, para que eu, esposa e filhos possamos ter uma vida feliz.

A bem da Nação Portuguesa. Obrigado.  
*José Maria Lopes Pedrosa*  
Sócio n.º 2807

### E nós Mulheres?

O que é a ADFA? Porquê a sua existência? O que está por detrás da boa imagem de marca que hoje tem?

A ADFA, Associação dos Deficientes das Forças Armadas, existe porque "infelizmente no passado" aconteceu uma guerra para a qual os nossos homens, hoje mais ou menos na faixa etária dos 50 anos, eram encaminhados, sem sequer saber se era justo ou não, mas porque eram educados para defender aquilo que noutra época, antes da poesia ter saído à rua, era a grande Pátria Portuguesa, e nós mulheres éramos educadas para sermos "boas esposas, boas mães, boas donas de casa".

Algumas, as mais privilegiadas, conseguiram fazer o 2º ano ou tirar o curso comercial porque as meninas mais ricas, essas seguiam o liceu, tocavam piano, falavam francês tiravam cursos e saíam boas esposas e mães rodeadas de mordomias, em função da condição social e económica.

Mas finalmente hoje nós somos mulheres, simplesmente mulheres iguais, com problemas iguais, independentemente da condição social em que estamos situadas.

Somos mulheres de mutilados de guerra, de cegos, de homens que a guerra marcou psicologicamente, e temos as mesmas angústias.

E, quantas vezes pensou a ADFA em nós, sem ser somente na parte económica porque além de sermos mulheres, muitas de nós que até já fomos mães, empregadas, donas de casa hoje vamos a caminhar, lentamente, para o tempo de parar?

Que incentivos tem a ADFA para nós?

A ADFA que tem tantas condições, tem snooker (bilhar) para os nossos filhos e netos, que tem uma boa biblioteca, que faz colóquios sobre história e não só, o que tem a pensar nas mulheres que não tiveram a sorte de saber tocar piano, falar francês, ler o Eça, ou o Saramago mas que também têm vontade de se juntar sem ser para papaguear ou falar de moda, mas talvez para aprender pintura, modelagem em barro, técnicas de arraiolos (que é moda) ginástica e acima de tudo passar, mais calmamente o tempo que nos resta junto dos nossos maridos, participando assim neste tempo em que se apregoa tanto uma abertura e uma melhor e maior vida associativa.

E se existem mulheres que hoje infelizmente são já sócias da ADFA porque, não incentivar as mesmas a participar nas listas para os Órgãos Sociais?

Mulher, agora que já percorreste uma grande parte da tua estrada, não fiques para trás, não deixes que as últimas páginas do teu livro sejam uma simples solidão a dois na tua casa, onde os teus filhos já não estão, onde esperas ansiosamente o fim de semana para teres a casa cheia com o riso dos teus netos.

Não deixes que a tua vida se resuma aos 30 anos passados no silêncio de uma dor, que sentes por ver o homem que amas ferido pela vida.

Tu foste e és o suporte da ADFA; junta-te a nós.

Um abraço amigo.

*Alexandra Daniel*  
(esposa de sócio devidamente identificado)

MARIA JOSÉ CARRICO



**Solidariedade** Aproveitando o Dia Mundial da Luta contra a Sida, a 1 de Dezembro, a Comissão de Luta Contra a Sida organizou uma marcha de solidariedade para com as vítimas infectadas pelo vírus. Em forma de corrente humana, e transportando uma enorme bandeira colorida, os participantes desfilaram em Lisboa, ao início da tarde, entre o Marquês de Pombal e os Restauradores. Talvez por muitas vezes serem também eles alvo de discriminação social, entre os milhares de participantes, estiveram também alguns deficientes. "Morte à Sida, Sim à Vida" foi a frase proclamada pelos participantes, provando que a solidariedade é possível. Basta querer.

### Decreto-Lei dos Deficientes das F.A.

# Ainda não promulgado

DEPOIS DE se ter conhecimento, através de uma nota oficial, que o Governo havia aprovado o Projecto de Decreto-Lei dos Deficientes das Forças Armadas, e tendo a ADFA concluído, através do conteúdo dessa nota, que o Decreto havia sido mutilado na sua essência, a Associação tomou posição pública, exprimindo a sua intenção de não concordar com tal decisão governamental e de não a aceitar.

Em diligências efectuadas posteriormente veio a saber-se que o Projecto de Decreto-Lei aprovado pelo Governo não só não corresponderá ao fruto do trabalho em que os Deficientes haviam participado activamente, como se encontrava de tal modo alterado e recomendado que a sua aplicação, como aliás já tinha sido referido num comunicado da Associação, seria difícil, senão impossível, tal o atabalhoado, imperfeito e inconsciente trabalho que a comissão interministerial, para o efeito nomeada, havia executado. Recorde-se que o gabinete do Ministério da Defesa Nacional, que deveria ter feito parte dessa comissão, não chegou a trabalhar na mutilação do Decreto. Veio sim, mais tarde, dar uma forma correcta e inteligível àquilo que o Governo havia decidido que figurasse como Lei.

Depois de ter conhecimento da redacção final fixada pelo Governo, a ADFA assumiu uma posição pública de não aceitação do teor desse Decreto-Lei e emitiu o seguinte comunicado que distribuiu pelos órgãos de informação:

A ADFA esclarece a classe operária, os camponeses, os órgãos de poder popular, que os soldados e os marinheiros e todo o povo trabalhador do seguinte:

- 1 - Os Deficientes das Forças Armadas continuam e continuarão a sua luta contra a exploração e a marginalização a que desde sempre têm sido votados pela burguesia capitalista.
- 2 - Os Deficientes das Forças Armadas lutam pela conquista de um Decreto-Lei, elaborado pelo Ministério da Defesa Nacional, durante cerca de 9 meses, com a colaboração da ADFA, que na altura, ao ser entregue ao C.R., mereceu da parte deste a aprovação, assim como um louvor do CEMGFA e ampla aprovação de vinte e uma (21) Entidades Governamentais a quem foi enviado.
- 3 - Os Deficientes das Forças Armadas repudiam e denunciam a atitude do VI Governo, que ao nomear uma comissão de Juristas, cozinhou em dois dias um Projecto de Decreto-Lei, sem para tal ter consultado a ADFA, projecto este que em nada tem a ver com o projecto elaborado pela ADFA e pelo Ministério da Defesa Nacional.

(in ELO n.º 24 - 9 de Dezembro de 1975)



IBERLENTE

**OLHOS ARTIFICIAIS (POR MEDIDA, ANTI-ALÉRGICOS, PINTADOS À MÃO E INQUEBRÁVEIS)**

TESTES GRATUITOS À VISÃO E NA ADAPTAÇÃO DE LENTES DE CONTACTO

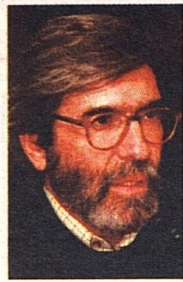
CONSULTAS MÉDICAS DIÁRIAS GRATUITAS NA COMPRA DE ÓCULOS OU LENTES DE CONTACTO

LENTE COSMÉTICAS (PARA MUDANÇA DE COR DE OLHOS)

20% DE DESCONTO AOS SÓCIOS DA ADFA (EXCEPTO SE USUFRUIR DE OUTROS DESCONTOS OU ARTIGOS EM CAMPANHA)

UM OLHAR PARA O FUTURO

Centro Ocular Iberlente, Lda. Rua Passos Manuel, 4-C — 1150 Lisboa  
Telf. (01) 352 06 49 Fax (01) 357 02 37



## Autocarro para a esperança

Daniel Gouveia

A morrinha insinuava-se nas ruas e nas roupas, naquele Dezembro frio de fim de ano, de fim de tudo. A ideia de se suicidar moía no cérebro. Estar à espera de autocarro não fazia sentido. Decidiu que seria justamente o próximo autocarro o instrumento do seu fim. Quando chegasse, atirava-se-lhe para debaixo das rodas. E viu-o desenhar a curva da rua, lento, roncando um estertor. Os faróis alinharam-se, apontaram para ele, como se lhe adivinhassem a intenção.

Desculpe... Vai para a Rua da Esperança?

A moça que estava atrás dirigia-lhe uma pergunta. Mas era uma desconhecida... Por que diabo queria saber se ia para a Rua da Esperança? Ela continuou:

É que... Pareceu-me ser meu vizinho... Reparei agora que não trouxe dinheiro e não tenho passe. Se o Sr. for para a Esperança, pagava-lhe logo, que eu moro mesmo ao pé da paragem, era só ir a casa. Mas se não for peço a outra pessoa... Que vergonha...

Ficou sem atinar com uma desculpa que o dispensasse de se comprometer fosse com o que fosse nesta vida, já que era para outra que se dirigia. Mas o autocarro imobilizara-se na paragem. Os passageiros começavam a entrar. Os olhos da moça saltavam dele para outras pessoas, na ânsia de que alguém tivesse ouvido e viesse em seu socorro. Ele nem sequer morava perto. Ia a dizer isso mesmo, mas o que lhe saiu foi:

Suba. Eu empresto-lhe o dinheiro.

Ficaram lado a lado durante a viagem. Calados. Afinal, pensou; ainda alguém precisa de mim. Veio-lhe à ideia que era assim que, nos filmes, começavam grandes romances de amor. Ideia louca. Era vinte anos mais velho do que a rapariga.

A Esperança é aqui... Não sai?

A voz da jovem acordou-o dos começos de todos os seus romances de amor que, entretanto, tinham desfilado pela vidraça do autocarro, enquanto fixava sem ver as luzes fugidias da cidade.

Eu vou para mais longe. Fique descansada. Tive muito gosto em oferecer-lhe o bilhete.

Então dê-me a sua morada, que eu mando-lhe o dinheiro... Assim não tem jeito nenhum...

Despache-se, senão o autocarro arranca. Não se preocupe. Felicidades!

A viagem prosseguiu. Afinal, ia dentro do autocarro que devia tê-lo esmagado para acabar com o pesadelo. Mas seria assim um pesadelo tão definitivo estar desempregado? Aquela rapariga também se vira afiada e as coisas tinham-se resolvido. Os poucos escudos que lhe dera iriam fazer falta. Porém, talvez tivesse comprado com eles algo de muito importante.

Saiu na paragem do costume. Meteu a chave à porta. Veio a mulher recebê-lo. E os filhos. Beijos alegres, os deles. O dela, apreensivo.

Conseguiste alguma coisa?

Conseguí, sim. Conseguí... esperança.

E abraçou-a com um sabor renovado a romance que começa. •



DIRECTOR: António Carreiro  
 PROPRIEDADE: Associação dos Deficientes das Forças Armadas  
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600 - Lisboa  
 Telefone: 01 7570502 Fax 01 7571319



## Novo ano, novo ELO

Um ano depois da última remodelação que sofreu, o ELO prepara-se agora para começar a segunda fase do projecto inicial. A nova etapa assenta no balanço interno, realizado número após número, e tem também em conta as críticas exteriores dirigidas ao jornal. Assim, e para já, a partir desta edição, o azul substituirá o verde no logotipo do ELO; o formato do jornal terá menos um centímetro; a qualidade de impressão melhorará devido à mudança de gráfica; o jornal contará com um reforço de dois jornalistas, um para a Redacção e outro para o Norte.

O editor

## ADFA integra iniciativa internacional premiada

# Nobel da Paz atribuído à Campanha contra as Minas

O PRÉMIO Nobel da Paz de 1997 foi atribuído dia 10 de Dezembro em Oslo, na Noruega, à Campanha Internacional contra as Minas Antipessoais (ICBL). Uma iniciativa na qual a ADFA tem participado directamente, através da representação na Federação Mundial dos Antigos Combatentes. Durante a cerimónia de entrega do galardão, a ICBL e a sua coordenadora americana, Jody Williams, aproveitaram a oportunidade para pedir a destruição "imediate" de todos os stocks de minas.

O prémio, que foi entregue na câmara municipal da cidade pelo presidente do Comité Nobel norueguês, Francis Sejersted, é o reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Campanha Internacional e de um dos seus principais responsáveis. Os esforços desenvolvidos desde 1992 pela ICBL permitiram a conclusão, em Dezembro

do ano passado, em Otava, no Canadá, de um tratado internacional de interdição destas armas assinado por 121 países, entre os quais Portugal. De fora ficaram algumas potências com os Estados Unidos, a China e a Rússia, além de várias nações asiáticas.

Para este ano, Jody Williams espera que o tratado de proibição total e definitiva das minas terrestres possa ser ratificado por 40 países. É que o diploma só entrará em vigor depois dos parlamentos de 40 países o ratificarem mas até agora apenas o Canadá, as Maurícias e a Irlanda o fizeram. A França anunciou que o fará até ao Verão. Uma próxima cimeira sobre o problema das minas está já em preparação. O encontro deverá realizar-se, de acordo com o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, em Junho, numa cidade alemã ainda não escolhida.

O 98º Nobel da Paz foi recebido, em nome da ICBL, por Tun Channareth, um cambojano de 37 anos que perdeu as duas pernas, em 1982, ao pisar uma mina antipessoal na fronteira entre a Tailândia e o Camboja. A Campanha Internacional congrega actualmente cerca de um milhão de organizações não governamentais e de associações humanitárias de 60 países. Com este prémio a ICBL e Jody Williams receberam um cheque no valor de um milhão de dólares.

Os prémios Nobel da Paz mais recentes foram atribuídos, em 1993, a Mandela e De Klerk (África do Sul), em 94, a Yitzhak Rabin e Shimon Peres (Israel), em 95 a Joseph Rotblat (Grã-Bretanha) e ao movimento internacional antinuclear Pugwash e, em 96, a Ximenes Belo e Ramos Horta (Timor-Leste). •

## Açores integra deficientes

O Governo dos Açores criou, através de um diploma publicado no Diário da República de 17 de Dezembro de 1997, o Conselho Regional para a Integração e Cidadania (CRIC). O Conselho será o órgão consultivo do Executivo açoreano para as políticas de prevenção, reabilitação e integração das pessoas com deficiência. Entre outras atribuições, compete ao CRIC contribuir para a definição de políticas, acompanhar a sua concretização, propor medidas legislativas ou emitir parecer sobre projectos respeitantes aos deficientes. A Delegação da ADFA nos Açores poderá estar representada na nova estrutura, uma vez que a composição do CRIC prevê a inclusão de dois representantes de

organizações não governamentais inetervenientes na área da deficiência e reabilitação.

## Conselho Municipal

A ADFA já nomeou os seus representantes para as quatro áreas temáticas que constituem o recém criado Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência. Acessibilidade e Mobilidade, o associado Filipe Maltês; Formação e Emprego, a psicóloga Teresa Infante; Cultura, Desporto, Lazer e Associativismo, o elemento da Direcção Nacional, Carlos Mendes; Reabilitação Funcional, Vida Autónoma, Sensibilização e Informação, o presidente da Mesa da Assembleia Geral, Jorge Maurício.

## Rastreio na ADFA

Durante o mês de Fevereiro, a ADFA vai realizar, gratuitamente, um rastreio ao colesterol total e à próstata a indivíduos com a idade superior a 45 anos. Para se proceder à marcação dos dias do rastreio, é necessário avaliar o número de interessados. Neste sentido, pede-se aos associados que se inscrevam, até ao fim deste mês, nos serviços clínicos da Sede. Marcações: Elizabeth Couto. Os dias em que se realizarão os rastreios serão indicados no próximo ELO.

## Natal da CERC

A sala Garret do Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, recebeu no dia 19 de Dezembro um espectácu-

lo diferente: a festa de Natal da CERC de Lisboa (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas), uma iniciativa que a cooperativa organiza há mais de 20 anos. Durante toda a tarde, numa sala completamente cheia, mais de 200 crianças e jovens dos centros da CERC de Chelas, dos Olivais e da Formação Profissional assistiram e proporcionaram uma festa especial, onde foram apresentadas três peças de teatro preparadas pelos deficientes, ao longo do ano, juntamente com os professores-monitores da CERC. As histórias que subiram ao palco provaram que as crianças deficientes são, quando acompanhadas correctamente, capazes de desenvolver todo o tipo de actividades.

## TODAS AS RAZÕES

para nos visitar...

Todos os modelos disponíveis



Atendimento personalizado



Técnicos especializados



## ... E MAIS ALGUMAS!

Temos preços excepcionais para Si que é associado da ADFA



Contactos:  
 Rosário Jorge Telf.: 8 36 14 00  
 TM: 0931 25 50 23  
 Alberto Pinto Telf.: 7 57 05 83  
 TM: 0931 26 61 53

